

**Wilman Jorge Heredia Escobar
Segundo Williams Ubillus Farfan
Isabel Del Socorro Ordinola Sanchez
Kelly Yanella Troncos Martinez
Yerson Paul Semillan Rosales
Mauro Manuel Vivas Landa
Severo Patiño Ramirez**

IMPACTO DE LAS POLÍTICAS AMBIENTALES EN LA ECONOMÍA ILEGAL EN EL VRAEM, 2023





EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL LTDA

Guarujá - São Paulo - Brasil

www.editoracientifica.com.br - contato@editoracientifica.com.br

Diagramação e Arte Edição © 2025 Editora Científica Digital

Equipe Editorial Texto © 2025 Os Autores

Imagens da Capa 1ª Edição - 2025

Adobe Stock - 2025 Acesso Livre - Open Access

© COPYRIGHT DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. Esta obra foi licenciada com uma Licença de Atribuição Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou em partes, desde que seja citada a fonte, com os créditos atribuídos aos autores e obrigatoriamente no formato Acesso Livre (Open Access) e sem a possibilidade de alteração de nenhuma forma. É proibida a catalogação em plataformas com acesso restrito e/ou com fins comerciais.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

134 Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el vraem, 2023 / Heredia Escobar, Wilman Jorge, Segundo Williams Ubillus Farfan, et al. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui Bibliografia

ISBN 978-65-5360-976-1

DOI 10.37885/978-65-5360-976-1

1. Política ambiental. I. Escobar, Heredia. II. Wilman Jorge. III. Farfan, Segundo Williams Ubillus. IV. Título.

CDD 333.72

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Política ambiental

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2025

Wilman Jorge Heredia Escobar
Segundo Williams Ubillus Farfan
Isabel Del Socorro Ordinola Sanchez
Kelly Yanella Troncos Martinez
Yerson Paul Semillan Rosales
Mauro Manuel Vivas Landa
Severo Patiño Ramirez

IMPACTO DE LAS POLÍTICAS AMBIENTALES EN LA ECONOMÍA ILEGAL EN EL VRAEM, 2023

1ª EDIÇÃO



científica digital

2025 - GUARUJÁ - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Profª. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Profª. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Profª. Dra. Clara Mockdece Neves
Profª. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Profª. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Profª. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Profª. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Profª. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Profª. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Prof. Dr. Humberto Costa
Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Profª. Dra. Maria Cristina Zago
Profª. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Profª. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Profª. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial e Revisados por Pares Externos (Peer Review), sendo indicados para publicação.

Nota: Esta é uma produção independente, tornando-se uma obra com reservas de direitos autorais para os autores. Alguns textos podem ser derivados de outros trabalhos já apresentados ou defendidos, todavia, os autores foram instruídos ao cuidado com o autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo é exclusiva dos autores, não representando, necessariamente, a opinião da editora, tampouco dos organizadores, revisores e membros do Conselho Editorial.

RESUMEN

La investigación planteó determinar la influencia del impacto de la Política Ambiental en la economía ilegal dentro del contexto del territorio del VRAEM. La indagación es aplicada, de enfoque cuantitativo y explicativo de hechos históricos-sistemáticos, atribuyendo mecanismos para explicar cómo afloran, se dilatan en el tiempo, se trasmutan en diferentes espacios y con conexiones con otras ilegalidades dentro de los esquemas estatales. El diseño es de corte transversal-correlacional causal. La población del análisis fue de 70 trabajadores, se tomó una muestra de 16 trabajadores. Se utilizó la encuesta, la validez mediante de juicio de expertos, se utilizó el Alfa de Cronbach; obteniendo en ambas variables alta confiabilidad. De acuerdo a los resultados, se estableció que, del total de los encuestados el 44,3% consideró que las políticas que se ejercen en el VRAEM está en un nivel inadecuado, un 41,4% consideró en un nivel regular, y solo para el 14,3% está en un nivel adecuado, lo que demuestra un impacto negativo en los ecosistemas, su presencia es una amenaza en la seguridad nacional, el amparo exterior y los cercos legales nacionales e internacionales.

Palabras Clave: Políticas Públicas; Economía Ilegal; Narcotráfico; VRAEM; Hoja de Coca.

ABSTRACT

The research aimed to determine the influence of the impact of the Environmental Policy on the illegal economy within the context of the VRAEM territory. The investigation is applied, with a quantitative and explanatory approach to historical-systematic facts, attributing mechanisms to explain how they emerge, expand over time, are transmuted in different spaces and with connections with other illegalities within state schemes. The design is cross-sectional causal correlational. Sixteen workers were chosen as a sample from the seventy workers in the analysis population. The survey was used, validity through expert judgment, Cronbach's Alpha was used; obtaining high reliability in both variables. According to the results, it was established that, of the total number of respondents, 44.3% considered that the policies carried out in the VRAEM are at an inadequate level, 41.4% considered them to be at a regular level, and only for 14.3% is at an adequate level, which demonstrates a negative impact on ecosystems, its presence is a threat to national security, foreign protection and national and international legal fences.

Keywords: Public Policies; Illegal Economy; Drug Trafficking; VRAEM; Coca Leaf.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo determinar a influência do impacto da Política Ambiental na economia ilegal no contexto do território VRAEM. A investigação é aplicada, com abordagem quantitativa e explicativa dos fatos histórico-sistemáticos, atribuindo mecanismos para explicar como eles emergem, se expandem ao longo do tempo, são transmutados em diferentes espaços e com conexões com outras ilegalidades dentro dos esquemas estatais. O desenho é correlacional transversal-causal. A população de análise foi de 70 trabalhadores, foi retirada uma amostra de 16 trabalhadores. Utilizou-se o questionário, validade por meio de julgamento de especialistas, utilizou-se Alfa de Cronbach; obtendo alta confiabilidade em ambas as variáveis. De acordo com os resultados, constatou-se que, do total de entrevistados, 44,3% consideraram que as políticas executadas no VRAEM estão em nível inadequado, 41,4% consideraram que estão em nível regular, e apenas para 14,3% está num nível adequado, o que demonstra um impacto negativo nos ecossistemas, a sua presença é uma ameaça à segurança nacional, à protecção estrangeira e às cercas legais nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Economia Ilegal; Tráfico de Drogas; VRAEM; Folha de Coca.

SUMÁRIO

- Resumen 5
- ABSTRACT 6
- Resumo.....7
- 1 INTRODUCCION.....10
- 2 MARCO TEORICO13
- 3 METODOLOGÍA.....27
 - 3.1 Tipo y diseño de investigación27
 - 3.1.1 Tipo y diseño de investigación27
 - 3.1.2 Diseño de investigación.....27
 - 3.2 Variables y operacionalización28
 - 3.3 Población (Criterios de selección), muestra, muestreo, unidad de análisis.30
 - 3.3.1 Población30
 - 3.3.2 Muestra:30
 - 3.3.3 Muestreo:30
 - 3.3.4 Unidad de análisis31
 - 3.4 Técnicas e instrumentos de recolección de datos31
 - 3.5 Procedimientos33
 - 3.6 Método de análisis de datos33
 - 3.7 Aspectos éticos34
- 4 RESULTADOS.....35
 - 4.1 Resultados descriptivos35
 - 4.2 Análisis inferenciales39
- 5 DISCUSIÓN41
- 6 CONCLUSIONES.....49
- 7 RECOMENDACIONES.....50
- 8 PROPUESTA.....52
 - 8.1 Título52
 - 8.2 Objetivos52

8.3 Beneficiarios	52
8.4 Justificación	53
8.5 Actividades.....	54
8.6 Presupuesto	55
8.7 Evaluación y Control:	55
REFERENCIAS	56
ANEXOS	62

1 INTRODUCCION

La conceptualización de política pública fortalece su relevancia al promover sus propios objetivos. Por ello, en algunos casos su significado no incluye los medios, el objetivo de una determinada manera y todo el proceso de implementación (Galvis y Cardozo, 2020). En la práctica, la política pública se refiere a las acciones -o inacciones- del gobierno, para abordar los problemas sociales, en ese mismo sentido Martín (2022 p.5) lo sistematiza a la “política medioambiental”, que viene a considerar a toda regulación encaminada a evitar y bloquear el deterioro suscitados al medio ambiente natural (Castillo *et al.*, 2022).

Dentro de un contexto global, la idea de que una gobernanza adecuada y consistente fortalece la gobernabilidad, aumenta la confianza social y permite la sostenibilidad, este proceso debe ser de carácter pedagógico y centrarse en fomentar la participación, al entorno del área de influencia del desarrollo territorial (Gutiérrez y Morales-Pinzón, 2017). Los desafíos ambientales requieren de contestaciones inmediatas para erigir la calma, la equidad, la prosperidad y la realización del medio ambiente con libertad, con del derecho normativo ambiental, usando como medio las plataformas inter-gubernamentales, que promueven y facilitan acuerdos para abordar los problemas ambientales (PNUMA, 2021).

Dentro del ámbito de Latinoamérica como es el caso del trio Perú-Colombia-Bolivia, los cuales forman parte de estos desastres con los amplios plantíos de sembríos de coca, provocados por narcotraficantes en Centroamérica (Devine *et al.*, 2021a). El producto se introduce en América del Norte y Europa a través del crimen organizado, que utiliza la corrupción como aliada para evitar interferencias y transitar libremente por las rutas del TID. Otro lío se desarrolla en esta situación, son la renta ilícita que encarnan superior al 10% del mercadillo mundial de plaguicidas ilegales ya son un problema importante en el mercado mundial (Miszczyk *et al.*, 2018). El principal impulsor de la prevalencia de esta práctica es la prosperidad económica, los traficantes buscan por varios medios acceder a las mezclas químicas falsificadas que pueden contener materias tóxicas nocivas para los ecosistemas, los cultivos, la fauna y los habitantes (Vega y Augusto, 2021 p.15).

En el caso del Perú, con alta tecnología se mapea y recopila datos precisos sobre el crecimiento anual de las plantaciones de coca y la deforestación, un valioso aliado es la UNODC (2022), tienen como objetivo sincerar y medir

en áreas tradicionales y nuevas extensión de cultivos de coca anualmente, refinando su técnica detectoras y metodologías en procesamiento de datos, así como sus modos para validarlo. Esta tecnología la utiliza como base para validar los testimonios de observación de frescas superficies de hoja de coca, según la página de DEVIDA, "Los datos oficiales de vigilancia-coca en Perú 2021-2022 tienen una tendencia creciente de labranza de 18% 76,158 a 95,008 has., respectivamente", en el VRAEM se cultivan 35,709 has de coca (+11% año 2021).

En el VRAEM, Mendoza y Leyva (2017) sostiene que, en virtud a los cuantiosos efectos colaterales que dan cabida a varios factores negativos en el beneficio y perduración de las inversiones, es inviable estudiar la expansión económica del VRAEM, sin conceptualizar al narcotráfico (p. 23). Al ser el trajín ilegal un componente de la economía del VRAEM, es más lucrativo e impacta en el flujo de bienes y servicios de las economías legales, además de cometer delitos sociales lesivos que afectan a toda la población. Siguiendo esa misma línea, Heredia (2021) en su artículo refiere que la gobernabilidad en el VRAEM resulta complejo de gestionar en razón de la inseguridad y falta de asertividad de las propuestas de los órganos estatales, enlazado al contexto o realidad local. De lo referido por el experto, la intervención del Estado en el VRAEM debiera tomar en cuenta una óptica de carácter interseccional en razón de que no solamente corresponde a disposiciones de marco legal sino también tomar en cuenta otros elementos como la socialización de la obligación funcional de la plataforma de servicios estatal dirigido a la ciudadanía (Guerrero y Espasa, 2021).

De lo expuesto se generan las interrogantes: ¿Cómo influyen las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023?, especificando el problema con preguntas relacionadas: a) ¿Cómo lo estructural influye en la economía ilegal en el VRAEM 2023, b) ¿Cómo lo institucional influye en la economía ilegal en el VRAEM 2023?, c) ¿Cómo la eficacia influye en la economía ilegal en VRAEM 2023?, d) ¿Cómo los actores influyen en la economía ilegal en VRAEM 2023?

La presente investigación se justifica porque dejará aportes novedosos, y actualizados del problema (Fernández Bedoya, 2020). Como Justificación teórica, el estudio cuenta con información de las variables investigadas, temática a nivel internacional y nacional, analizar si otras intervenciones fueron apropiadas, adecuar e impulsar enfoques teóricos de innovación científica, (Baena Paz, 2017, p.74) y (Arias, 2012, p.105), con criterios regulatorios de acuerdo a la tipología

social (Carhuancho *et al.*, 2019). Así también, la justificación metodológica, se tuvo presente los cuestionarios con la escala de Likert, para su caracterización, porque responderá a un diseño para destrabar el problema planteado.

Justificación práctica, porque existe la necesidad de precisar la conexión del impacto de la gestión ambiental y el mercado ilegal del narcotráfico, como fortaleza se presenta experiencia personal en la zona que permitirá identificar aspectos para la mejora de las políticas públicas (Arispe *et al.*, 2020).

En lo Social, se tiene a Arias (2012), como Hernandez *et al.* (2014) y Salinas y Cárdenas (2009) quienes encajan en que todo análisis debe ser relevante y trascendente para la sociedad y con proyección social, se desarrollan las políticas públicas para enfrentar al flagelo social que afecta varios aspectos esenciales de la vida y sus economías legales y sostenibles.

Como objetivo central: determinar la influencia del impacto de la Política Ambiental en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, y a través de lo específico, i) determinar la influencia de lo estructural en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, ii) determinar la influencia de lo institucional en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, iii) determinar la influencia de la eficacia en la economía ilegal en el VRAEM, 2023 e iv) determinar la influencia de los actores en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.

Asimismo, se puntualizó como Hipótesis General: Existe influencia del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023. Hipótesis específica: a. Existe influencia de lo estructural de las políticas públicas en la economía ilegal en el VRAEM 2023. b. Existe influencia de lo institucional en la economía ilegal en el VRAEM, 2023. c. Existe influencia de la eficacia en la economía ilegal en el VRAEM, 2023. d. Existe influencia de los actores en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.

Finalmente, esta investigación servirá no solo en descifrar el negocio ilegal, sino para reflexionar y proponer alternativas de política para transitar a la legalidad.

2 MARCO TEORICO

Las referencias nacionales e internacionales en atención a las variables del estudio o fenómeno a descifrar se han recurrido a artículos científicos indexados en revistas connotadas y tesis doctorales para otorgarle firmeza científica.

Por el lado de antecedentes nacionales se tiene a Suarez (2021), en su investigación buscó presentar una táctica ambiental para evitar la poda ilegal. El método fue aplicativo de enfoque mixto: descriptivo-explicativo. Diseño no empírico de corte transversal. Demostrativo en 150 personas. Su conclusión fue: Poner en práctica una Estrategia Ambiental contrarrestaría el continuo cercenamiento ilegal en El Parque Nacional Yasuní-Ecuador. Se basó en opinión de expertos, su coeficiente validez 0.908 de capacidad, optando por recomendar y aplicar el programa.

Campos (2019), en su estudio, tuvo como objetivo evaluar la influencia en la universidad y crear conciencia ambiental. El estudio se focalizó, durante el año académico 2018 y 2019. Población de alumnos, docentes y egresados de la UNHV-Huánuco. La investigación fue descriptiva con diseño- no experimental de nivel correlacional, de enfoque cualitativa. La conclusión más importante que estableció fue, la actual política ambientalmente responsable de la UNHV de Huánuco, su implementación es de nivel bajo, y que no influye en la gestión ambiental sostenible, por consiguiente, se debe dar espacios de reflexión y solucionar las cuestiones de índole académico-ambiental.

Rodriguez (2020), destacó en su objetivo, conocer la relación entre la adecuación, seguimiento- evaluación a las políticas públicas conducidos por burócratas de Municipalidades de la Región La Libertad-Perú 2020. su investigación, analizó la creación y formulación de políticas públicas, así como sus procesos puesto en marcha, supervisión y balance en las administraciones locales del GORE- La Libertad en 2018-2019. Metodología de diseño y formulación fue un enfoque cuantitativo con un diseño descriptivo-explicativo y de carácter no experimental. La muestra incluyó a 72 empleados inmersos en el tema. Llegó a la conclusión de que, la forma en que se conciben las políticas públicas tiene un gran impacto en cómo las ejecutan los funcionarios de sus localidades. Las políticas públicas no siempre se reflejan en las herramientas de gestión (PDLC, PEI o POI), según el 22% de los funcionarios. Esto impide que los indicadores

sean monitoreados de manera efectiva, lo que resulta en informes uniformes ausentados del contexto a encarar.

Por el lado de Torres (2020), tuvo como objetivo detallar los puntos de vista para exponer la gobernanza territorial y gobernabilidad. De enfoque cualitativo, de diseño fenomenológico hermenéutico. Empleó el análisis documental y entrevista semiestructurada. La conclusión a la que arribaron fue: Una explicación de las perspectivas de gobernabilidad democrática, estas están relacionadas a problemas complejos con los movimientos contemporáneos que aparecen como nuevas categorías en la realidad concreta. Este aporte induce que, tras la decisión de resolver los problemas del desarrollo territorial y que, dada a la coyuntura, los sitios estratégicos no cuentan con los requisitos previos para la gobernabilidad.

Ramos (2019), investigo a la corrupción política GORE-Cusco 2011 – 2018. El fin general planteado fue: determinar el nivel de corrupción en el aparato estatal. Diseño tipo no probalístico, no experimental, sustantivo básico y con técnica de encuesta. Muestra: 50 personas de los gobiernos subnacionales y sectores de educación y salud. La conclusión que arribo fue, que la corrupción es el mayor obstáculo para su desarrollo, seguida de la mala práctica estatal y la ineficiencia de los servidores públicos, asimismo el nivel de esperanza de los ciudadanos referente a los actores políticos, que, según los encuestados, aumentará en los próximos cinco años.

Luna *et al.* (2021), tuvieron como objetivo indagar y chequear la ficción para identificar las variables que alimentan el tráfico de estupefacientes en un contexto macro con dinámicas entrecruzadas, porque el narcotráfico se muestra y opera en espacios abiertos. En segundo lugar, explicó el esfuerzo significativo para profundizar la comprensión de cómo destaca el aprieto de una explicación completa y profunda de la perspectiva multidimensional. El Estudio fue descriptivo para establecer una perspectiva- integral y holística que descifre la figura narcótica. Concluyo: que, los encausamientos estatales-nacionales para desestabilizar el traqueteo se deben enfilear en la solidez regional mediante un enfoque multi-escalar.

Castillo y Heuser (2019) even though studies on the characteristics of the State in those areas are scarce. Based on a qualitative case study, this paper examines the interactive consequences of state intervention in the Valley of

the Apurimac, Ene and Mantaro Rivers (VRAEM, buscaron explicar las interacciones en el principal valle cocalero peruano. De enfoque cualitativo, indaga la interrelación de la intromisión del estado en el VRAEM versus objetivo del gobierno. La gobernabilidad en áreas económicamente subdesarrolladas como el VRAEM es un debate común, pero pocas personas discuten específicamente la naturaleza étnica de estas áreas. El fin último de la soberanía es controlar el espacio geográfico y desconocer las comodidades a las ansían los habitantes de la zona (terroristas y narcotraficantes). El esfuerzo se vincula a obstaculizar y acorralar estos delitos graves, no obstante, no esté configurado como prioridades de los países vecinos, su preocupación está relacionada con la complicidad en el crimen. Sin duda alguna los residentes del VRAEM eligen las reglas que los rigen en ciertas áreas de sus vidas. Por ello, teniendo en cuenta sus intereses, optan por existir o discrepar las ofertas estatales en la región. Esas esperanzas se desvanecen apenas el país adopta iniciativas para interrumpir la cadenetita del tráfico de drogas.

Como antecedentes internacional, se cita a Bartolome (2020), su trabajo investigativo de protección constitucional al medio ambiente. La intención primordial fue la garantía vía constituyente del medio ambiente. De metodología experimental real de gestión-Cualitativo. Una de las conclusiones fue: El patrocinio gradual medioambiental que parte de un proceso histórico-universal, que se posesionó en la esfera europea entre los siglos XX e inicios del XXI. En el contexto nacional, fruto de un proceso de concienciación social creciente. La custodia medioambiental permitirá afianzar homogéneamente las condiciones de vida de la ciudadanía.

Pérez-Niño y Leguizamón-Arias (2020), refirieron en su objetivo de analizar las diversas sucesiones de gobernanza ambientales. Utiliza una metodología interdisciplinar socio-ambiental e indagación jurídica, utilizando instrumentos cualitativos, para entender de forma "glocal" (Local y global). Concluyó que para implementar la gobernanza ambiental es necesario arraigarse en la formulación de políticas ambientales, participar activa y significativamente en juicios administrativos y evitar convertirse en una simple herramienta de legitimación de la política establecida al respecto (R. Castillo *et al.*, 2022).

En igual forma Guerrero y Espasa, (2021) destacaron como objetivo descomponer la complicación integral del tráfico ilegal de cocaína. Su enfoque fue

cualitativo respaldado en el método inductivo, articulado con las consultas de fuentes secundarias. Concluyo que las rutas del mercado ilícito de cocaína son flexibles y diversas a lo largo de las fronteras, teniendo cada espacio sus actores, estrategias y actividades complementarias del narcotráfico. Por lo tanto, estos actores ilegales se apropian de las funciones del estado, controlan las rutas, por lo que es necesario solucionar este problema y solucionar este problema a través de instituciones dedicadas a las operaciones de movilidad.

Devine *et al.* (2021), investigaron la “Narco-degradation. Su análisis fue con entrevistas y ejercicios de mapeo participativo con 65 actores que trabajan en áreas protegidas de Guatemala, Honduras y Costa Rica. Tuvo como objetivo comprender a través de 11 talleres con 76 gestores de áreas protegidas, documentar la concentración espacial de distintos tipos de narco-degradación. Concluyeron: que la narco-degradación tiene un efecto desventajoso en los medios de subsistencia de las estructuras de gobernanza de las comunidades autóctonas y campesinas, que habitan dentro y fuera de las áreas protegidas de Centroamérica. Otro factor es la contribución del tráfico ilícito de cocaína al cambio ambiental global, sumado a la apropiación de pavimentos y medios de subsistencias, que modifican el medio de vida in situ y la conservación de la biodiversidad. La expansión está determinada por procesos duales: desde “abajo”, que involucra a pequeños agricultores migrantes de los Andes, y desde “arriba”, impulsado principalmente por intervenciones agrarias dirigidas por el Estado (M. Paredes y Pastor, 2023).

Sobre el mismo tema Cordeiro De Matos Júnior *et al.* (2022), en su artículo, tuvieron como objetivo principal investigar los cambios en el mercado negro de drogas vinculado a la acción capilar de las organizaciones criminales en Fortaleza, Ceará, Brasil. Utilizaron investigaciones realizadas en seis distritos en los últimos 17 años y contrastadas con información bibliográfica. Su principal conclusión fue: la importancia de reconocer y comprender los delicados cambios que ha sufrido el mercado negro de drogas ilegales en el área de Fortaleza, Ceará, a partir del proceso de diversificación de la oferta de bienes, en particular de cocaína y crack, del último siglo. Estos cambios están respaldados por el comercio de los mercados ilegales en la periferia de la ciudad. La lógica de actuación de estos grupos en la ciudad parece haber cambiado en los últimos

diez años, iniciando una etapa que exige una penetración profunda y capilar de estos sujetos en el tráfico y la periferia de la metrópoli.

Por lo que se refiere Paredes (2022), tuvo como propósito en su artículo de investigación, descifrar las particularidades principales del Tráfico Ilícito de Drogas en Perú, su germen que lo generan, y examinar el enlace existente de Nuevo Sendero Luminoso con el Narcotráfico. Utilizó el Método cuantitativo como técnica de investigación, la recolección y análisis de data secundaria. Una de su conclusión más importante fue: se confirma la alianza binomio de Nuevo Sendero Luminoso con Narcotráfico, transformándose en un grupo armado Narco - Terrorista que opera en la zona del VRAEM, intimidando a la seguridad nacional.

Mendez Gonzalez (2022), su investigación fue de enfoque cualitativa. El objetivo fue entender a las falencias estatales como propulsor de la sustantiva presencia de narcotráfico y los altos indicadores narcoviolencia registrados en el Ecuador durante el periodo 2020-2022. Identificó cuáles han sido los vacíos estatales que potenciaron la problemática. Se identificó que el Crimen organizado transnacional-COT y el narcotráfico destruyen la institucionalidad de un país, minimizando su desarrollo y bienestar social.

Rodriguez y Labate (2019) en su artículo sustentaron que la productividad de los emporios ilegales de drogas procede a través de 5 niveles de análisis: moral, salud, seguridad pública, seguridad-nacional y seguridad-internacional. Busca comprender la producción y variaciones de las políticas de drogas, desde sus orígenes socioculturales y sus consecuencias políticos-sociales, considerando la interacción que convergen de los círculos (Político, económico y Social), en el entorno de las limítrofes divisorias mexicanas. Concluyo: Del análisis caso mexicano, ayudara a entender la transformación del negocio de droga local, su mutualismo con la economía ilegal con ayuda del poder político.

Teoría de la democracia-políticas públicas se correlacionan con los servicios públicos. Existe la falta de interrelaciones entre la constitución-aspiraciones democráticas, el proceso democrático, las teorías de la justicia, los derechos fundamentales, etc. El positivismo no acepta el pensamiento en red. En todo caso, serán servicios públicos los señalados en la Constitución como competencias de las entidades federativas, (Müller Bitencourt Janriê Rodrigues Reck Abordagens Epistemológicas sobre Democracia, 2020).

La teoría base de la Políticas Publica, se consideró los razonamientos teóricos de los autores: Bobadilla (2012) quien destacó que las políticas públicas ha pasado de centrarse históricamente en brindar bienes y servicios a los habitantes para perfeccionar sus condiciones de vida, a incluir ahora una propuesta de intervención con un diagnóstico, diseño, planificación, gestión, seguimiento, evaluación y sistematización de un proyecto para promover el desarrollo humano. Howlett *et al.* (2017), Agrega que las políticas públicas son el resultado del esfuerzo de los gobiernos por llevar a cabo algún fin o propósito, y esto implica un cambio en el comportamiento social. Los esfuerzos pueden ser sistemáticos y las metas que se intentan alcanzar son numerosas y de largo alcance.

El concepto de políticas públicas, Parsons (1995), supone la subsistencia de un dominio o entorno del comportamiento que no es particular ni individual, sino colectivo. Además, demuestra que lo comunal incluye aquel aspecto de la actividad humana, que se piensa que requiere ordenamiento estatal, o por lo menos la adopción de medidas comunes. Münch (2010), sostiene que, para que sea eficiente la política y se plasme con buenos resultados debe redactarse con precisión, difundirse adecuadamente, periódicamente actualizarse, y ser formulada preservando la misión de la entidad y ser flexible a modificaciones. Asimismo, Vargas (2007), sustentó que “las políticas públicas son sucesiones que marca un inicio, en la medida que un gobierno detecta la existencia de un problema, y por la relevancia, debe atenderse y terminar con la valoración de los resultados” (p. 128). Para Mejía & Mejía (2020), las políticas sociales, es la forma de ver el problema, los aportes de estudios transformadores con inteligencia artificial, genética, informática, etc, son las consecuencias de las transformaciones de las estructuras Latinoamericanas.

La gobernanza ambiental se define como parte del paradigma del desarrollo sostenible e incluye las reglas, costumbres, tácticas y entidades que modelan como las personas interrelacionan con el hábitat (Valdez y Cisneros, 2020). De esta forma, el principal desafío en materia ambiental está relacionado con el equilibrio entre la conservación, el uso sustentable de la naturaleza y sus recursos. Contextualizando la importancia de la gobernanza radica en la manera de implementarla, para lo cual, es necesario la formulación de políticas ambientales, que permitan accionar con rapidez a la hora de tomar decisiones

administrativas, y estas no se convierten en una simple herramienta de legitimación de la política establecida al respecto. (Pérez-Niño y Leguizamón-Arias, 2020).

Siguiendo con lo expresado, Jiménez Iguarán & Rincón Largo (2020), narra que “La gobernabilidad es así una consecuencia del reemplazo de las formas tradicionales de poder político. El surgimiento de nuevas formas de gobierno se ve facilitado por el surgimiento de “redes” de gobernanza, (p. 4). La gobernanza híbrida, se basa en la coordinación entre las fuerzas formales e informales y las formas ilegales de control territorial y demográfico donde operan los mercados ilegales (Rodrigues *et al.*, 2021).

La teoría base de la economía ilegal, Raffo (2011), bajo series de estudios basados en la microeconomía ortodoxa, llama un misterio fundamental. Prevenir el suministro de bienes ilícitos, especialmente drogas ilícitas son contraproducente porque desencadena y permite aumentos de precios y mecanismos que permitan que las actividades ilegales se intensifiquen. Llamada telefónica, es una de ellas de distintos actores del negocio-involucrados, que utilizan o modelan la teoría de juegos.

A nivel teórico, Vizcarra *et al.* (2020), enfatiza en la distinción de enfoques orientados a la estructura. En cuanto a las actividades relacionadas con el crimen organizado, es producto de la insuficiencia de respuestas estatales que cubran aspectos del fenómeno. En algunos casos, las intervenciones se centran en la acción, pero no necesariamente se basan en una comprensión teórica del fenómeno del crimen organizado, se centra en indicadores operativos de las víctimas, no proporciona un marco para este fenómeno. Se debe examinar las políticas y estrategias de prevención del delito a nivel empírico, el crimen organizado no se adapta plenamente a las realidades locales del fenómeno, especialmente en cuanto a describir la estructura de los arreglos delincuenciales que operan en el país.

El concepto de economía, Sota & Urtubey (1999) epistemológicamente se enriquece con aportes del fenómeno cognitivo, no se busca atribuir el fenómeno del conocimiento científico exclusivamente a categorías económicas como utilidad o beneficio. Debe ser capaz de integrar las numerosas contribuciones que pueden aportar las diferentes disciplinas y teorías, la naturalización debe hacerse “moderadamente”, no “fuertemente”. La epistemología como disciplina filosófica no debe perder esta capacidad de evaluación.

Referente a la variable independiente, como autor base se considera a Martín (2022), con la implementación de políticas ambientales, buscó relacionar la manera como implementan las provincias ante una norma ambiental, si es concordante a lo plasmado a nivel nacional. Por ello nace los cuestionamientos porque existes diferenciaciones en su implementación, quienes nacen por instancias de adecuación y aplicación normativa, las políticas-ambientales las cuales son relevantes para una gestión sin ellos no existen sostenibilidad

Concha (2022), aborda las siguientes dimensiones teóricas: Para la primera dimensión- Implementación efectiva, la normatividad a implementar se ajusta a lo deseado o aumenta los patrones nacionales establecidos, y la normatividad provincial se complementa a los objetivos nacionales. Contando con la gobernanza para dotar de condiciones y capacidades para llegar acuerdos, posibilitando en trasformar las necesidades con eficacia (Barrio *et al.*, 2020). Como segunda dimensión- brecha de implementación, cuando las normas no son de aceptación o de aplicación en las provinciales, o cuando por situaciones adversas no pueden aplicarse, por tercera dimensión- implementación desordenada, ocurre bajo dos escenarios uno productivista que prevalece ante la adecuación normativa y por otro lado los actores proteccionistas, que prevalecen en la aplicación, que puede asemejarse objetivamente a lo planteado en la política y por cuarta dimensión- carrera hacia abajo, cuando se pretende implementar políticas ambientales, los actores buscan atraer inversores en económicas en sus ámbitos perjudicando los ecosistemas.

Con respecto al tema Rouquaud & Mercau (2022), sustentó que la creación de técnicas y recursos que puedan salvaguardar el medio ambiente y atenuar sus efectos. Argentina no es ajena a estos fenómenos globales, similar al resto del mundo, los impactos y consecuencias sociales del cambio climático. Este ensayo tiene como objetivo examinar los elementos más importantes de la implementación apoyados con políticas públicas relacionadas con la producción, uso y distribución de fuentes renovables de energía. Aborda las dimensiones burocráticas: como primera dimensión- jerárquica, la capacidad de tomar decisiones formales y persuadir a otros para que realicen ciertas acciones dirigidas a lograr ciertos objetivos constituye la esencia de la autoridad o poder jerárquico. Para la segunda dimensión-funcional, cada una de ellas es necesaria para que exista la otra porque cada una está diseñada para producir y recibir información

y conocimientos técnicos relacionados con las actividades en las que cada una está especializada. Como tercera Dimensión-presupuestaria, conexiones existentes entre ellas. Unidades que compiten entre sí y reciben bienes materiales y financieros de la misma fuente, para garantizar un determinado nivel de actividad.

Siguiendo con la misma idea Zea (2022 p.57), estableció que, el principio de gobernanza ambiental canaliza a la concordancia entre políticas con los diversos actores involucrados, sea instituciones, mecanismos e información, para que sea factible en las determinaciones y solución de conflictos. Basado en (Alfie, 2013), se distinguió 3 flujos sobre la gobernanza ambiental, la primera: gobernanza empírica, que es una manifestación global, es un espacio donde se interrelacionan diferentes actores de todo nivel, sin niveles jerárquicos en la toma de decisiones, es frecuente que estos actos pierdan legitimidad. la segunda: gobernanza normativa, se caracteriza por su rectitud y eficiencia, frecuentemente este ejemplo es separado porque a través de nuevas pautas se suman incumbencia, desentramamientos y rectitud. la corriente: gobernanza crítica, se ubica en medio de las anteriores y es una sucesión estructural, donde los actores sociales son a la vez de resistencia y de iniciativas, contando para ello al gobierno del rol de facilitador.

Asimismo, Abarca Collantes (2022), se refirió a la gobernabilidad y fijo como un esquema, es necesario abordar dos cuestiones fundamentales: definir las perspectivas críticas centrales del concepto y desarrollar un marco analítico para la investigación descritas. Varios creadores mencionan que el foco está en los temas de gobernanza. Renombro a (Camou, 2000) estableciendo que la gobernabilidad se cimenta sobre 3 elementos diferentes o combinaciones complejas: las "ELA" (eficacia-legitimidad-estabilidad). Menciona que, según de un punto de vista dominante, la gobernabilidad es resultado de las situaciones que debe presentar los procedimientos y no de las que deben poseer los ciudadanos. Por Legitimidad, según Ibsen (2018), hace renombre a Jürgen Habermas, para el logro de la gobernabilidad, resulta del fracaso de la ingobernabilidad, porque la estabilidad depende de la capacidad del sistema político para competir con respuestas legítimas y efectivas.

La discusión sobre la legitimidad, refiere que se inició con la filosofía alemana de Weber y Luhman, el continuismo lo asume Offe, Hennis y Habermas, es fructífera, se puede resaltar señalando que obedece a la gratitud de

la sociedad al evaluar si los procesos- actos- respuestas- políticas y actores políticos son correctos, prácticos, moralmente aceptables y merecedores de aprobación. La Eficacia, la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder (Gaune, 2019).

Desde la óptica de la razón de Estado, la gobernabilidad se avizora como una peculiaridad que los sistemas-políticos han definido en posibilidades de alcanzar intenciones al menor costo posible. La Estabilidad, con una reingeniería institucional acorde con las reformas que exige utilizar el poder para diseñar un gobierno más estable en el tiempo a través de continuas innovaciones que agilicen los mecanismos de implementación, se logrará la estabilidad con una planificación capaz de anticipar las amenazas y desafíos de su entorno. tomando decisiones. Estos mecanismos no son creados para resolver los problemas centrales del proyecto neoliberal, o para repensar de manera colectiva los territorios, sino, para dar continuidad a las formas de producción imperantes y para restaurar la legitimidad de los sectores extractivos y de las empresas en tiempos de crisis. (Gallardo *et al.*, 2019)

Sobre el conflicto, Grimalda & TänzlerNocholas (2018), sustentaron que varias corrientes de pensamiento político ven el conflicto como un componente necesario de la interacción social, lo que aclara cómo se relaciona con el poder y la política. Contrariamente a la concepción conflictualista, existe la consensualista, que se escinde en dos corrientes de pensamiento, la primera de las cuales está representada por Emmanuel Kant y posteriormente por los teóricos de la sociedad abierta, y la segunda por Thomas Hobbes y los teóricos absolutistas. La escuela de pensamiento conflictualista, que prevaleció durante gran parte del siglo XVI, promovió la idea de que las relaciones sociales se basaban en la desconfianza y el miedo, luego, otros escritores como Hegel o Marx adoptarían este punto de vista, el primero lo ve como un elemento de fundamental importancia. El primero lo utiliza como caballito de batalla para su concepción de la lucha de clases, mientras que el segundo lo utiliza para ser imaginativo en la vida espiritual y social con las limitaciones impuestas por el Estado. Por último, pero no menos importante, Carl Schmitt, un filósofo decisionista que

crea una imagen de amigo-enemigo al reducir la política a un conflicto entre fuerzas en competencia (Roth *et al.*, 2020).

No obstante Christel (2020), destacó en su estudio llevado a cabo en varias provincias argentinas en cuanto a su avance o no de la legislación contra la minería metalífera, sostiene que, la combinación entre una matriz económica que es accesitario de la minería y un sistema político poco plural, conforman una estructura de oportunidad sub-nacional que paraliza el avance legislativo. Por lado opuesto, una matriz económica independiente de la explotación minera y un sistema político plural crean oportunidades para acrecentar estándares de protección ambiental Institucional. Para Espinoza (2020), la Corte Suprema se esfuerza por controlar la situación actual que atraviesan miles de vecinos de las inmediaciones de las zonas de sacrificio. Son individuos marginados que viven en un contexto de discriminación estructural, que se distingue porque es la propia organización estatal la que la crea de acuerdo con ciertas normas culturales que permiten la continuación de estas violaciones.

En esa correlación Martín (2022), presentó variaciones al comparar diferentes jurisdicciones territoriales, que conlleva a dividirse en tres dimensiones, a través de distintas variables, buscan entender dichas variaciones: estructural, institucional y de actores. Focaliza la conformación de las políticas bajo las dimensiones: Estructural. Zea (2022) en su análisis sustenta que, Política Nacional del Ambiente tiene vigencia desde el 2021 con horizonte al 2030. Su estructura se compone: (9-objetivos prioritarios, 23-indicadores, 47-lineamientos y 64-servicios). Su aprobación bajo D.S. N° 023-2021-MINAM. Su importancia radica en que permitirá se realicen mediciones sobre los objetivos planteados, y plasmarlos en matrices para su cumplimiento.

Tomando en consideración lo Institucional. Rene *et al.* (2022), dejaron en claro que la administración municipal tiene atribuciones de formalizar su propia política ambiental, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades, con marcos regulatorios y planes regionales- sectoriales y federales, se elaborarán, aprobarán, implementarán y monitorearán en materia ambiental y contra el cambio climático (Ley N° 27972 L.O. Municipalidades 2003). Se puede inferir que, los Gobiernos Locales atienden sus propias falencias ambientales con su marco regulatorio, los mismos que deberán estar articuladas con la política y planes de desarrollo. Como Actores, Christel (2020), sostiene que existen dos

factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, los vínculos con partidos políticos se correlaciona con la inclusión de sus intereses en las agendas legislativas y gubernamentales, los ciclos electorales y las redes con funcionarios políticos, tienen un impacto positivo en las posibilidades de éxito de los concursantes.

Por el lado de la variable dependiente, se tiene a Vizcarra Castillo (2018), quien estableció que la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, lo que origina que los actores vinculados al estado, con el fin de para desempeñar sus funciones, deben poder permanecer y vivir en estas áreas. Por lo tanto, la economía con sentido moral- ilegal, existe en la región y se originan los derivados de la cocaína, como también en las áreas urbanas que han crecido cerca de los centros de producción, dimensionándola bajo tres variables:

Por el Mercado ilegal; Becker *et al.* (2004), sustentaron su posesión por la teoría tributaria de la represión, que pretende desalentar la producción ilícita aun cuando los productores traten de eludir el pago del ISC. Hay dos frentes: uno es producir legalmente y pagar impuestos, y el otro es reprimir para que el precio del producto ilegal sea más alto que el precio de la producción legal, lo cual se logra desincentivando lo ilegal, con el mismo correlato Maciej Serda *et al.* (2006), demuestran que la flexibilidad de oferta-demanda es la clave para entender cómo reducir el consumo de bienes como las drogas proscribiéndolos y castigando a los productores. Los precios más altos como resultado del aumento de los costos conducen a su vez a un menor consumo. Por otro lado, cuando la demanda es inelástica, como parece ser la demanda de drogas, los precios más altos conducen a que se gaste más dinero en general en estos productos ilegales. El mayor costo social de reducir la producción con más represión es inversamente proporcional a cuán elástica es la oferta o la demanda.

Como a una Ciudad Cocalera. Según varios autores (Castells 1998), refirieron que la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011), señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al período más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del

tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica. legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos. Se intercambian millones de dólares en los mercados de drogas del mundo, que incluyen los de cocaína, opiáceos y drogas sintéticas principalmente en los países industrializados.

Teniendo presente a bases materiales para la ilegalidad. Para Sofía Vizcarra, (2018), Estableció que el término “economía moral” se refiere a un sistema económico, moral y social, una estructura socioeconómica específica que es apoyada enlazadamente por la mayoría de la población. Cuanto más inelástica sea la demanda y/o la oferta, mayor será el costo social de aumentar la represión y la reducción de la producción. Heredia (2021), sustentó que los coccaleros tienen la autoridad para acordar implementar regulaciones nacionales, como detener los planes de erradicación en sus regiones, para mostrarse que los actores tienen contacto con el Estado. Cuando se trata de las facultades para achicar los mercados ilegales, se contextualiza a la luz de la validación de la política complaciente del VRAEM, encuadrando, y quienes apoyan a los actores sociales para discutir la magnitud de las políticas estatales para el control de la economía ilegal en la que se encuentran (Bartolomé *et al.*, 2019).

En esa línea Luna *et al.* (2021), en su análisis enfatizó al “Narcotráfico como delincuencia organizada”, muchos Estados ven el tráfico de drogas como inconstitucional y una amenaza para la seguridad nacional. Aun cuando, a medida que evoluciona y se extiende por todo el mundo, se vuelve más complicado y desafiante de combatir. Con el fin de comprender mejor este fenómeno que trasciende las fronteras nacionales, el narcotráfico opera en un marco global y destaca el aprieto de pormenorizar completa y exhaustiva desde una óptica multidimensional.

En cuanto a los precursores químicos, para UNODC (2006), el tráfico transfronterizo es actualmente el método más común de suministro a laboratorios encubiertos. El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las

drogas más peligrosas. Los gobiernos han hecho revelaciones clave sobre las formas en que determinados productos químicos fueron redirigidos a canales ilícitos, lo que ha permitido tomar medidas para detener el uso redirigido de estas sustancias. Los controles sobre los productos químicos utilizados como materia prima para fabricar estas drogas aún son insuficientes, a pesar de que muchos países ya han establecido restricciones legales y administrativas sobre las drogas y los delitos conexos (Acero *et al.*, 2023)

Para evitar desviaciones similares en el futuro, los gobiernos deben recopilar y poner a disposición información precisa sobre las incautaciones de sustancias químicas, pero con frecuencia esto no es factible. Los patrones relevantes de desvío identificados entre 2007 y 2011 comparten la característica de explotar las fallas del control del desvío, por parte de responsables dentro de los circuitos comerciales legales. El régimen de control legal no ofrece un desincentivo lo suficientemente fuerte para realizar actividades de desvío, según una de las principales observaciones realizadas sobre este tema (Grado, 2018). Aprovechando la coyuntura los narcotraficantes clandestinos suministran dineros- volátiles, aprovechados de la inmoralidad, que inyectan en actividades para blanquear el dinero, como en trata de personas y otras que lesionan los perímetros socio-económicos. Para Dammert-Guardia *et al.* (2020), la trata de personas se propicia por escasa capacidad instalada del estado en zonas de fronteras, que son espacios abiertos y propicios para asociarlos a la ilegalidad.

3 METODOLOGÍA

3.1 Tipo y diseño de investigación

3.1.1 Tipo y diseño de investigación

El Análisis fue de tipo aplicada, enfocado a resolver el problema específico a través del contacto directo se indagara como explicar las hipótesis sobre cómo se enlaza la ilegalidad del TID en el VRAEM, a partir de los resultados esbozar tácticas de mejora, a fin de coadyuvar a disminuir los impactos ambientales, a estrechar su tráfico ilícito y consecuentemente combatir el narcotráfico, teniendo concordancia con lo propuesto (Ñaupas *et al.*, 2014).

3.1.2 Diseño de investigación

La investigación se basó en el diseño de “No Experimental”, considerado de corte transversal, se recogerá información de la realidad para la comprensión y mejoramiento de las políticas ambientales en la Ciudad de Pichari, a través del trabajo colaborativo de los expertos implicados, concordando con lo expresado por Hernandez, Fernandez & Batista (2014), quienes versaron la investigación se propuso descifrar y sacar adelante los problemas de la sociedad, otorgando datos renombrados que guíe la toma de decisiones (p. 496).

El estudio se respaldó en el enfoque cuantitativo, de diseño descriptivo-causal, que busco explorar como el flagelo social-narcotráfico impacta en la gobernanza- política ambiental, los pobladores se desarrollan en su contexto social y específicamente en el caso del mercado ilegal-demanda, trasmuta permitiendo que se enquiste en las esferas sociales, sostenido por la corrupción. Lo planteó Hernandez, Fernandez & Batista (2014) al señalar que, “indaga aclarar las particularidades y los perfiles de personas grupos-comunidades, sus procesos o cualquier otro fenómeno involucrado para un análisis”.

3.2 Variables y operacionalización

Variable Independiente

Definición conceptual

El punto principal del argumento es mostrar los distintos niveles de sostenibilidad en la implementación de políticas ambientales nacionales, que dependen de la resolución de conflictos. Cada proceso de implementación provincial (regulación y aplicación, así como regulaciones locales) involucró dos coaliciones durante dos casos (una protectora y otra productiva). Se utilizará una variedad de implementaciones, dependiendo de la composición y las interacciones de los actores (Martín, 2022).

Definición Operacional

Al comparar diferentes jurisdicciones territoriales, la forma en que se implementan las políticas nacionales en áreas subnacionales varía. Para comprender mejor estas variaciones, se dividen en categorías para mejorar la adecuación, categorías: estructurales, eficiencia, institucionales y de actores.

Indicadores

Según el autor subyacente, las políticas públicas se dividen en cuatro categorías, de las cuales las regulaciones administrativas y la voluntad política son dos. Cada una de estas categorías tiene los siguientes indicadores: Políticas de estado, objetivos, estrategias y estructuras organizativa. compromiso y conflictos.

Los indicadores para las otras dos dimensiones, objetivos, estrategias, estatales, compromiso y conflictos

Escala de medición

Para el análisis de esta variable con sus dimensiones e indicadores se utilizará la escala ordinal, que proporciona las características asignadas a las variables según la atribución asignada por los participantes (Espinoza, 2019).

Variable Dependiente

Definición conceptual

La producción de derivados de la cocaína aumentó dramáticamente en las dos primeras décadas del siglo XXI en los valles de los ríos Apurímac, Ene y Mantaro, donde se ubica la ciudad de Pichari. Tiene un impacto en la economía moral de las personas que utilizan el tráfico de drogas como su principal fuente de ingresos para satisfacer sus necesidades básicas y aspiraciones de bienestar material (Vizcarra Castillo, 2018).

Definición Operacional

Esta economía moral de la ilegalidad abarca a los actores estatales locales a quienes, para cumplir con sus funciones, se les debe permitir permanecer y coexistir en estas áreas, así como a aquellos actores que están indirectamente asociados con una actividad ilegal y dependen total o parcialmente de la actividad económica ilegal. Por tanto, la economía moral de la ilegalidad existe no sólo en las zonas rurales donde se producen derivados de la cocaína, sino también en las zonas urbanas que han crecido cercanas a los centros de producción.

Indicadores

La economía ilegal según el autor base tienen cuatro dimensiones, las primeras dos son de índole económico los cuales tienen los siguientes indicadores respectivamente, perspectiva, rol de estado, cadena de valor transnacional, surgimiento de negocios y calidad de vida.

Las otras dos dimensiones son dirigidas a las condiciones de favorecimiento a la ilegalidad, (precursores químicos y bases materiales para la ilegalidad), las cuales tienen los siguientes indicadores respectivamente, números de políticas aprobadas, decomisos, mercados ilegales, circulación de dinero y patrones de consumo.

Escala de medición

Se utilizó la escala ordinal en las dimensiones e indicadores.

3.3 Población (Criterios de selección), muestra, muestreo, unidad de análisis.

3.3.1 Población

Según Hernandez *et al.* (2014) Como punto de vista se refiere al conjunto de elementos de personas similares que son parte de la idea de conocer en la investigación. Los colaboradores son funcionarios, técnicos y beneficiarios de los diversos proyectos que intervienen en el VRAEM, y se han tomado a 70 personas dado por el contexto de la presencia del tráfico ilícito de drogas en los ámbitos.

Criterio de inclusión:

Los colaboradores que desempeñan funciones de dirección y administrativas.

Los Colaboradores-beneficiarios de los proyectos que intervienen en el marco del programa Presupuestal (PP) Desarrollo alternativo integral y sostenible (PIRDAIS).

Criterios de exclusión:

Los colaboradores que no desempeñan funciones de dirección y administrativas.

Los colaboradores que no son beneficiarios de los proyectos que intervienen en el marco del PP-PIRDAIS.

3.3.2 Muestra:

La muestra según Hernandez *et al.* (2014), sostiene que la muestra es la representación de un conjunto y finito de personas que se expresa de la población con el propósito de ahondar en el entendimiento del problema de investigación. En esta investigación se seleccionó a 16 personas, entre ellos funcionarios, técnicos y beneficiarios de los proyectos en el ámbito.

3.3.3 Muestreo:

Es la aplicación de la técnica estadística que se aplica para la elección de los elementos de la muestra. Fue de tipo no probabilístico, por conveniencia y

que son colaboradores que se encuentran en el distrito de Pichari. El presente trabajo de investigación se efectuará encuesta a 70 personas y que dentro del grupo son: funcionarios, técnicos y beneficiarios de los proyectos en el ámbito.

3.3.4 Unidad de análisis

De la misma característica seleccionados: funcionarios, técnicos y beneficiarios de proyectos productivos.

3.4 Técnicas e instrumentos de recolección de datos

Técnicas:

Para efectos del recojo de la información para el presente estudio, se aplicó la encuesta como técnica, conformada por cuestionarios en su totalidad suman 44 preguntas. Se precisa como la forma de estructurar los ítems aislados en un instrumento y que sirve para aplicar a la muestra participante. Para Hernández & Duana (2020), constituyen procedimientos-actividades que permiten conseguir la información.

Instrumentos de recolección de datos:

Cuestionario de tipo semiestructurada con preguntas abiertas para extraer toda la experiencia de los participantes, cuyas respuestas se viabilizaron con la escala de Likert, para su realización se solicitó el consentimiento de los funcionarios, especialistas en monitoreo y técnicos de campo con conocimiento del mercadeo de la ilegalidad y beneficiarios del PP-PIRDAIS. (Ver Anexo 5). Según Hernandez *et al.* (2014), el instrumento del cual el investigador desarrolla sus preguntas de acuerdo a las variables.

Validez:

Se obtuvo la validez de los instrumentos creados, gracias al juicio de cinco (5) Doctores, con especialidad en metodología y gestión pública con conducta comprobada, quienes tuvieron dar opinión favorable y validar los criterios de procedencia, relevancia y claridad a cada interrogante formulado

en el instrumento, que formaron parte de las variables. Lo define Hernández & Mendoza (2018), el grado de validez sería de una herramienta a medida que mide las variables de una indagación y el mismo que será correcto en la medida que se comprueba su preciso concepto.

Tabla 1 - Validación de juicio de expertos.

N°	Expertos	Aplicable
Experto 1	Dr. Augusto Ricardo Moreno	✓
Experto 2	Dr. José Bruno Cépeda Ruiz	✓
Experto 3	Dr. Roberto Justo Tejada Estrada	✓
Experto 4	Dr. Víctor Alejandro Siccha Muñoz	✓
Experto 5	Dr. William Eugenio Cabanillas Rojas	✓

Nota: Elaboración propia.

Confiabilidad

Los instrumentos deben traspasar por los procesos de confiabilidad antes del inicio de recolección de información. La confiabilidad se hace mediante una prueba piloto donde se pueda afianzar los mismos estipulados de la realidad. El cálculo de la prueba piloto se consideró a través de Alfa Cronbach con aproximadamente 16 sujetos que comparte los mismos patrones de respuesta de la población (Arispe *et al.*, 2020). Ambas son de alta confiabilidad.

Prueba Piloto 16 encuestados:

Variable independiente: **Cuestionario de Políticas ambientales**

Tabla 2 - Resumen de procesamiento de casos variable independiente.

		N	%
Casos	Válido	16	100,0
	Excluidoa	0	,0
	Total	16	100,0

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Tabla 3 - Estadística de fiabilidad variable independiente.

Estadísticas de fiabilidad		
Alfa de Cronbach	N de elementos	
	,941	22

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Variable dependiente: **Cuestionario de la economía ilegal**

Tabla 4 - Resumen de procesamiento de casos variable dependiente.

		N	%
Casos	Válido	16	100,0
	Excluido ^a	0	,0
	Total	16	100,0

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Tabla 5 - Estadísticas de fiabilidad variable dependiente.

Alfa de Cronbach	N de elementos
,943	22

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

3.5 Procedimientos

Este proceso se inició con la selección de los 70 participantes con criterio de inclusión entre funcionarios, especialistas, técnicos de campo y beneficiarios de los proyectos, quienes luego de ser invitados mediante WhatsApp, y a su confirmación, procediéndose con la aplicación del cuestionario, para lo cual se creó un ambiente accesible de acuerdo a sus horarios, con la finalidad de facilitar a los entrevistados manifestar sus impresiones y conocimientos sin ninguna limitación, obteniéndose información importante para el trabajo de investigación.

3.6 Método de análisis de datos

El rigor científico residió por la deferencia a las teorías consultadas y la pesquisa coherente al instante de su paráfrasis de las mismas, aunado a los objetivos del estudio. Hernandez *et al.* (2014) prescribieron que el rigor científico, es semejante a la credibilidad y efectividad en el enfoque cuantitativo.

El análisis del estudio se originó, luego de obtener la información de cada uno de los participantes por medio del cuestionario con preguntas abiertas y cerradas, datos que fueron diseñados y transcritos literalmente, se utilizó la codificación de variables y la respectiva tabulación en la hoja de cálculo Excel, se usó el SPSS versión 27, a fin de ejecutar la descripción estadística con tablas y figuras gráficas.

3.7 Aspectos éticos

Con la ayuda de asesores, el investigador desarrolló la investigación de forma independiente. Se citó utilizando las Normas APA, respetando la propiedad intelectual, el anonimato de los participantes y las leyes vigentes al realizar la búsqueda de información real y virtual y utilizando el aporte del autor. También se utilizó Turnitin para garantizar que el trabajo fuera original. Además, se obtuvo el consentimiento libre e informado de los participantes, lo que confirmó la ejecución del método y aseguró que los datos serían utilizados únicamente para la investigación. (Buendía y Berrocal 2013, p. 6). Este estudio se desarrolló en base al cumplimiento de las disposiciones vigentes del Código de Ética, el Reglamento de Grados y Títulos de la Universidad César Vallejo y a la Guía de elaboración de trabajos conducentes a grados y títulos contenida en la Resolución de Vicerrectorado de Investigación N° 062 – 2023 – VI - UCV.

4 RESULTADOS

4.1 Resultados descriptivos

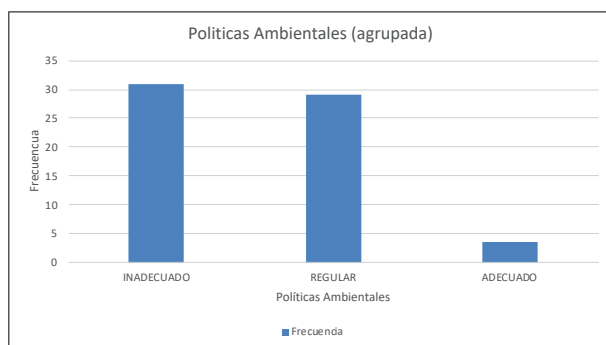
Variable Políticas ambientales

Tabla 6 - Distribución de frecuencias y porcentajes según niveles de los Impactos de las Políticas Ambientales en el VRAEM, 2023.

		Frecuencia	Porcentaje
Válido	INADECUADO	31	44,3
	REGULAR	29	41,4
	ADECUADO	10	14,3
	Total	70	100,0

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Figura 1 - Niveles del impacto de las Políticas Ambientales en el VRAEM, 2023.



Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

En la tabla 6 y figura 1, de acuerdo a los resultados obtenidos se establece que, del total de los encuestados se tiene que el 44,3% consideró que las políticas que se ejercen en el VRAEM está en un nivel inadecuado, mientras para un 41,4% consideró que está en un nivel regular, y por otro lado el 14,3% consideró que esta en un nivel adecuado. Para enfocar mejor, dada la realidad en espacios cocaleros, en si la implementación de políticas ambientales nacionales, dependen de la resolución de conflictos y cada proceso de implementación (regulación y aplicación, así como regulaciones locales) siempre estuvo involucrados dos coaliciones (una protectora y otra productiva). Por consiguiente, teniendo de antemano este escenario se debe de potenciar variedades de implementaciones, dependiendo de la composición y las interacciones de los actores.

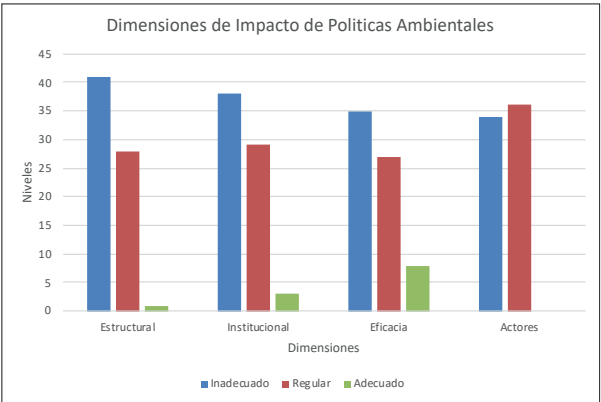
Dimensiones de la variable Políticas ambientales

Tabla 7 - Distribución de frecuencias y porcentajes según niveles de los Impactos de la Políticas Ambientales en el VRAEM, 2023.

NIVELES	POLITICAS AMBIENTALES		ESTRUCTURAL		INSTITUCIONAL		EFICACIA		ACTORES	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Adecuado	10	14,3	1	1,4	3	4,3	8	11,4	0	0
Regular	29	41,4	28	40,0	29	41,4	27	38,6	36	51,4
Inadecuado	31	44,3	41	58,6	38	54,3	35	50,0	34	48,6
	70	100%	70	100%	70	100%	70	100%	70	100%

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Figura 2 - Niveles de Impactos de Políticas Ambientales en el VRAEM.



Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

En la tabla 7 y figura 2, se visualiza que el tanteo para la dimensión-estructural, existe un grupo de 58,6% de personas encuestadas, que determinaron que es inadecuado para el distrito la estructura-política ambiental, en cuanto para un 40% les parece que es regular y por otro lado al 1,4% aducen que es adecuado; referente a la dimensión- institucional, el 54,3% de los sondeados infieren que es inadecuado, asimismo, para un 41,4% de indagados resaltan que es regular, y para un porcentaje mínimo del 4,3% especifican que es adecuado; en cuanto a la dimensión-eficacia, un grupo de indagados del 50% aducen que es inadecuado y no son eficaces, y para otros pobladores del 38,6% especifican que están en regular y para un sector minoritario del 11,4% afirman que es adecuado; por otro lado para la dimensión-actores el 48,6% han vertido

que su desempeño es inadecuado, y para otro grupo del 51,4% refieren que su accionar es regular.

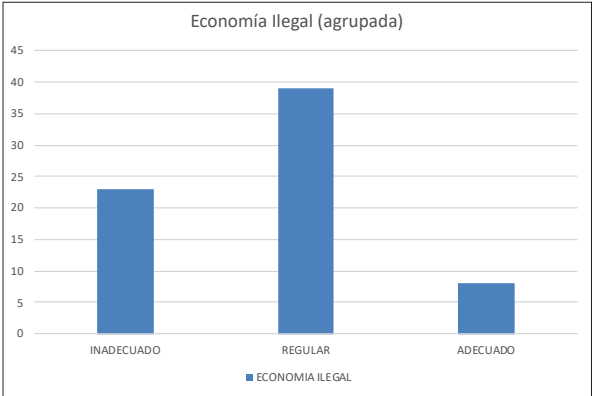
Variable Economía ilegal

Tabla 8 - Distribución de frecuencias y porcentajes según niveles de la variable economía ilegal en el VRAEM, 2023.

		Frecuencia	Porcentaje
Válido	INADECUADO	23	32,9
	REGULAR	39	55,7
	ADECUADO	8	11,4
	Total	70	100,0

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Figura 3 - Niveles de Economía Ilegal en el VRAEM, 2023.



Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

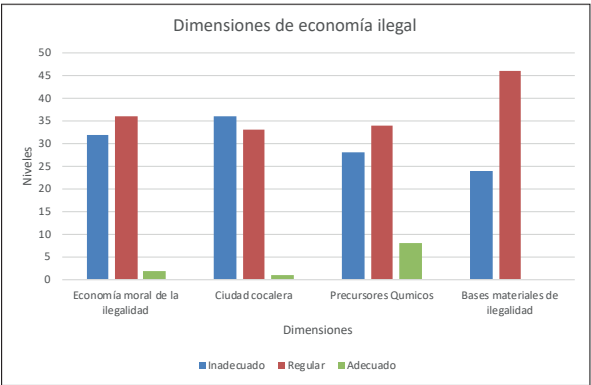
En la tabla 8 y figura 3, del total de los encuestados se desprende que el 32.9% refiere que la economía ilegal que se encuentra en el VRAEM, está en un nivel inadecuado, mientras que para el 55.7% personas-encuestadas consideró que está en un nivel regular, y para un reducido número de pobladores del 11.4% consideró que está en un nivel adecuado. Esta percepción se sostiene de la producción de derivados de la cocaína en el VRAEM, impacta en la economía de los pobladores, que ven al tráfico de drogas una fuente principal de ingresos para satisfacer sus necesidades básicas y benéficas.

Tabla 9 - Distribución de frecuencia y porcentajes según niveles de economía ilegal y de sus dimensiones.

NIVELES	ECONOMIA ILEGAL		ECONOMIA MORAL DE LA ILEGALIDAD		CIUDAD COCALERA		PRECURSORES QUIMICOS		BASES MATERIALES DE ILEGALIDAD	
	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%	fi	%
Adecuado	8	11,40	2	2,9	1	1,4	8	11,40	0	0
Regular	39	55,7	36	51,4	33	47,1	34	48,6	46	65,7
Inadecuado	23	32,9	32	45,7	36	51,4	28	40	24	34,3
	70	100%	70	100%	70	100%	70	100%	70	100%

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

Figura 4 - Niveles de economía ilegal y sus dimensiones del Distrito de Pichari, Cuzco, 2023.



Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

En la tabla 9 y figura 4, de acuerdo a los resultados obtenidos de los investigados, se determina que 45,7% de personas percibieron que la dimensión-economía moral de la ilegalidad es inadecuado, mientras para otro grupo del 51,4% diagnostican de regular y para un reducido de sondeos del 2,9% les es adecuado; para la dimensión-ciudad cocalera, del total de los sondeos el 51,4% establecieron que es inadecuado, para otro porcentaje del 47,1% les parece que es regular y para el 1,4% es adecuado; por otro lado, por la dimensión-precursores químicos, perciben un 40% de sondeos que es inadecuado, mientras que para el 48,6% es regular y un 8% les es adecuado, y para las bases-materiales para la ilegalidad, el 34,3% de los encuestados aducen que es inadecuado, para un 65,7% refirieron que es regular.

4.2 Análisis inferenciales

Prueba de normalidad

Para la demostración y para comprobar la distribución de los datos se realizó la prueba de normalidad de Kolmogorov-Smirnov, por el tamaño de la muestra, por consiguiente, se plantea la siguiente hipótesis para demostrar la normalidad:

Ho: Los datos de la variable provienen de una distribución normal

H1: Los datos de la variable no provienen de una distribución normal

Consideramos la regla de decisión:

$p < 0.05$, se rechaza la Ho

ESTADISTICOS PARAMETRICOS

$p > 0.05$, no se rechaza la Ho

ESTADISTICOS NO PARAMETRICOS

Utilizando el SPSS, nos presenta:

Tabla 10 - Prueba de normalidad de las variables.

	Kolmogorov-Smirnova		
	Estadístico	gl	Sig.
Impacto de Política ambiental	,096	70	,177
Economía ilegal	,104	70	,057

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

De acuerdo a los resultados, el valor de la significancia de la variable independiente es 17.7% y por la variable dependiente 05.7%, lo se establece que los datos de ambas variables tienen una distribución normal. Al tenerse que las variables son de naturaleza cualitativa se utilizara un estadístico no paramétrico de una regresión ordinal. Para lo cual se plantearon las siguientes hipótesis:

Hipótesis general

Ho: El Impacto de las políticas ambientales no influye en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.

Ha: El Impacto de las políticas ambientales influyen en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.

Prueba de hipótesis

Tabla 11 -Información de ajustes de los modelos de influencia de la variable política ambiental en la economía ilegal, bajo el modelo de regresión lineal múltiple.

Modelo	Logaritmo de la verosimilitud -2	Chi-cuadrado	gl	Sig.
Sólo intersección	56,350			
Final	12,375	43,975	2	,000

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

La prueba indica que la significancia es menor a 0.05% por consiguiente se acepta la hipótesis alterna, existe la dependencia de la variable de economía ilegal de la variable política ambiental.

Tabla 12 - Análisis de nagelkerke sobre el impacto de política ambiental en la economía ilegal en el VRAEM.

Pseudo R cuadrado	
Cox y Snell	,466
Nagelkerke	,551
McFadden	,334
Función de enlace: Logit.	

Nota: Elaboración propia, datos SPSS.

La presente tabla patenta datos estadísticos de la prueba Pseudo R cuadrado, para analizar el grado de variabilidad. En base de los tres estadísticos, se asumirá el mayor valor (coeficiente de Nagelkerke) en todos los casos. Por ende, lo que establece es que el 55,1% de variabilidad de la economía ilegal en el VRAEM depende de la política ambiental.

5 DISCUSIÓN

Luego de completar el estudio y comparar los valores previos y posteriores a la prueba, pudimos confirmar al objetivo general, que las políticas ambientales son débiles aplicados en el ámbito de estudio, lo cual nos permite afirmar que más predomina la economía ilegal en el VRAEM, y los cuales son aceptados por los diferentes actores legales-ilegales y con ello conlleva a que, les permite a los ilegales aumentar sus operaciones de la ilegalidad aunado con delitos conexos que emergen por la falta participación activa estatal. Resultados que también fueron encontrados en distintas investigaciones que permiten utilizarlos como referencia, como el análisis del estudio de Zea (2022), quien analiza la importancia de la gestión ambiental, para incidir en el desarrollo sostenible y basarse en normas de protección ambiental. Por lo tanto, los principios del derecho de conservación deberían guiar todo el sistema, pero esto suele ser una tarea muy compleja, dependiendo del contexto local y global.

Se presentan los siguientes datos, en cuanto a la Hipótesis General (HG), existe influencia: el 44,3% menciona que las políticas ambientales son inadecuadas sobre el mercado ilegal, el 41,4% indica que es regular y el 55,7% indica que los predomnios del mercado ilegal sobre las políticas son regulares y 48,6% indica que el actuar de los actores son inadecuados. Se relaciona al estudio Martín (2022) que fracciona la implementación de las políticas-ambientales, por un bloque que protege y otro que apunta al objetivo de mejoras, dijo que los gobernadores provinciales no tienen una posición clara sobre cómo aplicar políticas de protección ambiental. El desarrollo del caso demostró que, dada la baja relevancia de los temas ambientales en la agenda política local, la toma de decisiones sobre estos temas es representativa de la influencia política de la coalición gobernante. La conceptualización según Cuéllar (2008), define a la salud-ambiental, a la interrelaciones del ser humano en donde se asienta y la contaminación es propia de sí mismo. La participación de los actores legales para interactuar en el desarrollo ambiental es baja, se asemeja con el estudio de Heredia Escobar (2021) demuestra que los cultivadores de coca tienen derecho a consentir las regulaciones estatales, como detener los planes de erradicación en su área, para demostrar que los actores están conectados con el Estado. En cuanto al poder para reducir los mercados ilícitos, esto se

contextualiza en la afirmación del VRAEM de políticas y estructuras relajadas y que apoyan a los actores sociales para ampliar el alcance de las políticas públicas para regular la economía.

En esa misma línea R. Castillo *et al.* (2022), La gestión ambiental es una conciencia de los testamentos en los que existen conglomerados debido a la gestión, el bosque, los recursos ecológicos, etc., entre las entidades gubernamentales y la comunidad, donde hay una distribución del trabajo y el trabajo compartido de acuerdo con su discapacidad y posibilidades en estándares, principios, reglas y leyes que promoverán el uso suficiente de los recursos mencionados anteriormente para el estado y el beneficio común a través de su política pública; de recursos naturales en colaboración con personas y sociedades directamente involucradas.

En cuanto al (OE1) identificar la relación de la dimensión de estructuras, se tuvo como resultado que influyen en la variable dependiente, un 58,6% es inadecuado, para el 40% es regular, en cuanto a la dimensión economía moral es 45,7% inadecuado y 55,7% regular, según el análisis Martín (2022), esto es especialmente cierto porque afecta la forma en que los diferentes gobiernos locales responden a las regulaciones nacionales, en este sentido, Behrend y Bianchi (2017) sostienen que el tipo de estructura económica subnacional es importante porque contribuye a la identificación de actores que pueden influir en las decisiones. Por ejemplo, en un análisis de la gestión de zonas de protección ambiental en Brasil, Allen (2015) muestra que cuando un determinado sector domina la estructura económica de una provincia y requiere una cantidad significativa de territorio disponible para su desarrollo, este sector no está permitido. O al menos implementar políticas que van en contra de sus intereses productivos complica la implementación.

Se asemeja Christel (2020) que fundamenta, que sólo se centran en variables económicas estructurales y en los sectores productivos de las empresas, la (HE1) no pueden entender que el proceso de implementación de políticas públicas es un proceso lleno de negociaciones, tensiones y contradicciones entre diversos actores en VRAEM. Es posible que el actor no se beneficie de ello, Además, Vizcarra (2018), la economía legal lo define como “un campo organizado de valores en el que la práctica económica parece estar integrada en obligaciones morales y normas sociales”, y ve este concepto como una crítica a los enfoques

puramente económico-rationales a la economía Presente. La economía moral clásica aboga por prácticas que minimicen las pérdidas tanto como sea posible y aseguren lo que la mayoría valora más. En el caso de Pichari, se trata del flujo de dinero y del acceso a servicios básicos que permitan el bienestar de las personas, para erradicar el mercado ilícito podría amenazar los medios de vida de los cultivadores de coca, así como el bienestar de los actores que dependen indirectamente de la economía ilícita. En muchos casos, estos últimos no creen que los medios de vida básicos estén amenazados, sino más bien que están amenazados los horizontes de bienestar asociados con la economía de mercado.

Para Álvarez-Rodríguez (2021), se debe contextualizar categorías abstractas como justicia o injusticia y distinguir lo tolerable de lo intolerable. De manera similar, invocar la economía moral permite vincular evaluaciones de un orden moral, regímenes económicos y agencia para obtener pistas sobre por qué ciertas situaciones pueden generar una respuesta colectiva y otras no. La violencia, la explotación y el despojo no son categorías abstractas; siempre se refieren a una perspectiva moral específica. Rastrear las relaciones de reciprocidad, los pactos morales y las expectativas en torno a la dinámica del intercambio económico es una forma de entender lo que se cataloga como intolerable. Se concluye como lo más importante es que tanto la violencia como las actividades criminales son toleradas cuando contribuyen a la reproducción del orden económico y moral que sostiene a la comunidad. Ejemplo en el suroeste de Michoacán, la economía moral del narcotráfico dictaba las condiciones bajo las cuales se podían llevar a cabo actividades criminales.

En cuanto al (OE2), los datos de las dimensiones institucional, establecen que un 54,3% es inadecuado y 40% es regular, y como ciudad cocalera, el 51,4% es inadecuada y el 47,1% es regular, sus relaciones son de influencia y sus adecuaciones están inadecuadas. Para Martín (2022), lo institucional según este enfoque, es más probable que las agencias de gobierno local tengan suficientes recursos administrativos (por ejemplo, recursos económicos, técnicos y humanos) para implementar políticas públicas de manera efectiva como lo pregonan (Bonvecchi 2008; Amengual 2016). En contraste, las burocracias sin recursos disponibles carecen de capacidad para implementar, muy a pesar de la valiosa contribución de los enfoques institucionales a la comprensión.

Se argumenta en la (HE2), pese a las diversas investigaciones sobre el funcionamiento del Estado es insuficiente para comprender plenamente los factores que influyen en las diferentes formas en que se implementan las políticas estatales en contextos subnacionales. En particular, los trabajos que solo analizan el contenido de los estándares normativos para explicar el alcance de las políticas públicas no tienen en cuenta la posibilidad de que las reglas informales influyan en el comportamiento de los actores, se basa en (Holland 2015). En conclusión, se disipa el potencial explicativo de las obras que reflejan diversas posibilidades burocráticas, para mostrar que las provincias con baja capacidad burocrática pueden implementar eficazmente políticas públicas nacionales, mientras que las provincias con alta capacidad burocrática pueden lograr resultados opuestos en los estándares regulatorios.

La falta de institucionalidad ha sido origen para que Pichari como ciudad cocalera, se sustenta con Vizcarra (2018), haya tenido una conexión única con los mercados globales a través de la economía de las drogas. Aunque los cultivos no se cultivan en las ciudades (están ubicados localmente), es precisamente en estas áreas urbanas donde se integran las diversas empresas y servicios necesarios para el funcionamiento del mercado narcótico, así como el comercio de materias primas químicas-pesticidas, ferreterías, instituciones crediticias, casas de cambio de moneda, etc.

Para entender el lugar de Pichari en la cadena de valor global de la cocaína, primero hay que entender cómo funciona el narcotráfico a nivel global y luego en el VRAEM. El tráfico de drogas es un mercado global, y la producción y el consumo de productos a menudo tienen lugar en varios países. A diferencia de cultivos como el café o el cacao, existen técnicas poscosecha. Debe estandarizarse según los estándares de humedad y calidad que exige el mercado internacional, y en el caso del cultivo de coca nadie controla el proceso de trabajo ni la calidad del producto final. Los cocaleros recolectan las hojas y las secan al sol durante unos días, luego basta con que un intermediario venga directamente de la finca y compre el producto. Este proceso de fabricación no requiere auditorías ni condiciones especiales de almacenamiento. Algunos residentes de Pichari que operan granjas fuera de la ciudad notaron que los cultivadores o recolectores de coca se organizan en pequeñas empresas o cooperativas de servicios informales, subcontratadas y subcontratadas para negociar los precios,

generalmente pueden dedicar medio día a esta actividad y luego hacer algún transporte o compras informales en la ciudad.

Se asemeja al estudio Heredia (2021a), que por estas facilidades y la demora del gobierno en tomar medidas para erradicar el VRAEM refleja la preocupación de que la implementación de políticas nacionales pueda amenazar la legitimidad de las naciones indígenas vulnerables. Asimismo, está expansión de los cultivos ilegales de coca en las comunidades indígenas amazónicas del Perú, donde el crecimiento de cultivos ilícitos se entrelaza con transformaciones socioecológicas y da lugar a conflictos sobre nuevas formas de control de la tierra, oportunidades para la acumulación de capital y dinámicas de poder político, de forma similar lo define (M. Paredes y Pastor, 2023). En consecuencia, las comunidades experimentan tensiones significativas a medida que se adaptan a las fuerzas de la expansión del mercado para asegurar sus medios de vida, al mismo tiempo que enfrentan riesgos de violencia e inseguridad.

Por el lado internacional Manrique y Pastor (2019), sobre el tráfico de cocaína examina el estado y sus agencias de lucha contra las drogas. En este campo, la formación de la naturaleza institucional de la política de drogas en el Perú ha sido un tema de investigación importante. El estudio de Ponce (2016) sobre el desarrollo de la política de drogas del país sugiere que la presión internacional ha sido un factor importante en el nivel de represión de la política de drogas en el Perú. Al hacerlo, encontró que los gobiernos norteamericanos históricamente han condicionado a los países andinos para que se adapten a una agenda antidrogas. Esto se hace ofreciendo incentivos económicos a través de acuerdos bilaterales y tratados internacionales a cambio de reducir la superficie de hoja de coca y aumentar las incautaciones de cocaína. En este sentido, el papel de la ayuda estadounidense en la implementación de estrategias antidrogas en las últimas décadas del siglo XX, la persistencia de estrategias basadas en la oferta a pesar de sus ineficiencias.

Los indicadores de Eficacia del (OE3) demuestran el 50% son inadecuados o ineficaces, para el 38,6% son regulares, significativamente posee influencia en los precursores químicos, el 40% definen como inadecuados y 48,6% son regulares. Tiene correlación con Campos (2019), quien aduce a través de dos aspectos o componentes diferentes. Por un lado, incluye actitudes personales hacia el comportamiento personal (o participación personal) en términos de

auto-eficacia y responsabilidad personal. En segundo lugar, las actitudes hacia la protección ambiental se reflejan en la voluntad de asumir los costos de diversas políticas ambientales.

Para la (HE3), La carencia de la eficacia en el control de precursores fortalece la ilegalidad, en esa línea Acero *et al.* (2023), estudio los sucesos en Putumayo, una región selvática del sur de Colombia, miles de agricultores se ganan la vida cultivando y procesando hojas de coca, exponiéndolas a diario a fertilizantes, pesticidas y otros productos químicos. Se demuestra que las relaciones de los cultivadores de coca con los químicos y sus riesgos para la salud están estructurados política e institucionalmente. Siguiendo el mismo raciocinio Grado (2018) la tarea principal es la estabilidad de las actividades de esta estrategia, cuya implementación debe realizarse en conjunto con los actores relevantes de la región. Llevar a cabo un volumen cada vez mayor de programas, proyectos y actividades en línea con las prioridades asignadas a la región es también un desafío para las autoridades regionales y locales, así como para todos los actores del VRAEM. La (HE3) sin eficacia estatal, el tráfico de drogas explota la pobreza local para crear problemas como inseguridad, explotación, delincuencia, violaciones de derechos humanos, corrupción de autoridades, aumento de la anarquía y el terrorismo, y un aumento del sufrimiento. Hay zonas donde se ha desarrollado una “contracultura”, lo que contribuye a la presencia del narcotráfico. Además, el narcotráfico ha destruido completamente la economía del VRAEM, afectando, entre otras cosas, los precios de los productos, los márgenes agrícolas, los salarios de los empleados y los precios de la tierra.

Es similar su análisis Guerrero y Espasa (2021b), en su misma línea de Pastor Gómez (2020), actualmente existen dos zonas principales donde se cultivan hojas de coca y se procesan en cocaína: en la costa pacífica de la provincia de Nariño, en la frontera con Ecuador (país costero y productor). Esto facilita el acceso a precursores químicos del petróleo para su transporte y procesamiento de drogas. La segunda región productora más importante de Colombia es Norte de Santander, cerca de la frontera con Venezuela, donde es más barato producir cocaína debido a las favorables condiciones de cultivo y la presencia de muchas instalaciones de producción venezolanas. Puede obtener combustible a precios asequibles. Eficiencia y estabilidad garantizadas.

Es similar su estudio de Rivera-Rhon y Bravo-Grijalva (2020), La producción de cocaína requiere especialización en logística y producción. Se trata de la red de carreteras que asegura la entrega, la disponibilidad de una variedad de precursores químicos, la mano de obra barata, la inversión en agronomía y la especialización de quienes manejan los comedores de cocaína. En conclusión, se puede decir que la producción de cocaína en el territorio colombiano, teniendo en cuenta la influencia de los campos vecinos, ha convertido al Ecuador en una región muy estratégica para el crimen organizado que explota los cultivos ilícitos de la hoja de coca.

Para la PCM (2022), el proceso de transformación de las hojas de coca en derivados de cocaína requiere de una sustancia que pueda aislar y purificar los alcaloides de la cocaína naturalmente presentes en las hojas de coca debido a sus propiedades químicas (Vizcarra, 2015). Dado que el procesamiento de las hojas de coca para producir derivados de la cocaína requiere inevitablemente el uso de productos químicos y productos controlados, el control del desvío y la vigilancia del comercio son componentes clave de las políticas de reducción de la oferta de drogas. Así está consagrado en la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas de 1988, que el Perú ha ratificado, y en el ordenamiento jurídico nacional.

Por otro lado los indicadores del (OE4) la relación dimensión Actores, el 48,6% establecen que son inadecuados y el 51,4% son regulares, en correlación con la dimensión de bases-materiales de la VD, el 34% es inadecuado y 65,7% es regular, se evidencia con Martín (2022), quien analiza y enfatiza las perspectivas de la interacción entre actores y acciones. Esto afecta los resultados de la implementación de las políticas nacionales en un contexto multinivel. Por ello, se combina en dos perspectivas teóricas para responder por qué una misma política nacional se promueve de manera diferente en cada provincia, centrándonos en el efecto de sinergia entre actores sociales y estatales y el conflicto entre actores. La (HE4) la sinergia de la sociedad pública puede permitir que el gobierno, los actores económicos y sociales formen coaliciones en un entorno de conflictos opuestos basados en sus intereses y puntos de vista sobre cómo se deben implementar las políticas en una situación determinada.

Se asemeja a Arriarán (2020), que define, que si bien el narcotráfico jugó un papel protagónico en la propagación de la epidemia trapezoidal en la Amazonía,

la supuesta explotación sexual de víctimas de trata de personas cerró la sede de la COVID-19. La debilidad del Estado radica no sólo en prevenir estos delitos, sino también en garantizar la salud y la vida de sus ciudadanos frente al coronavirus, a pesar del toque de queda y las declaraciones de emergencia. Centrándose en las vulnerabilidades de todas las instituciones estatales fronterizas, el informe expone la impunidad de los actores involucrados en la trata de personas con fines de explotación sexual y tráfico de drogas en Caballococha-Ucayali. Una debilidad que prospera en el trapecio amazónico y colabora activamente con la economía ilegal que la COVID-19 ha expuesto sin piedad.

En ese mismo contexto Heredia (2021) y Trigoso y Julca (2019), refieren que en ese espacio, se tiene implicaciones para el funcionamiento de las políticas de vigilancia de los mercados ilícitos, a medida que los fondos flotantes provenientes de actividades ilícitas (TID, minería ilegal de oro, tala ilegal) adquieren espacio territorial en desarrollo. Esto lleva a los actores a defender sus intereses resistiendo y movilizándose para resistir el control estatal.

Pichari es una ciudad neoliberal, las bases materiales lo resalta Castillo (2018), el dinamismo económico se observa a través de la circulación monetaria de la ciudad. En un sistema capitalista, el intercambio se realiza a través del dinero. Por lo tanto, la base material de la economía moral basada en la búsqueda de dinero en el consumo urbano y las actividades financieras. La dinámica económica local está relacionada con el narcotráfico, aunque no es la única actividad económica como motor económico de la ciudad. La disponibilidad de recursos de los derechos de gas cercanos y del propio país estimuló la economía local y permitió que los fondos ilícitos se “fundieran” en el anonimato de las transacciones financieras. Por lo tanto, existe la percepción de que la coexistencia de actividades ilegales y dinero es inevitable a nivel local, y esto sirve como una oportunidad para pensar en la relación entre áreas legales e ilegales. El narcotráfico conecta regiones y ciudades productoras de coca con mercados.

6 CONCLUSIONES

1. Se determinó que existe influencia baja en la implementación de las políticas públicas en la correlación con la economía ilegal, porque existe un impacto negativo en los ecosistemas, pese a que la política nacional del ambiente es de obligatorio cumplimiento en los tres estamentos del estado, y esta a su vez cumple un rol de orientador en los sectores privado-sociedad civil. Asimismo, lo define en su eje de gobernanza ambiental, la articulación de las capacidades nacionales, ya que sin estas regulaciones origina el empoderamiento de la economía ilegal.
2. Se determinó que la influencia de las estructuras del estado es baja en correlación con la economía moral, porque nos demuestra que la estructura económica equilibrada a la producción de bienes y servicios vinculados con el ecosistema no son consistentes y que deben ser regulados. Lo que imposibilita la acertada implementación de una política ambiental, lo que da cabida a la economía moral de la ilegalidad.
3. Se determinó que la influencia de lo institucional es baja en cuanto a la correlación con ciudad cocalera, porque nos demuestra lo frágil que son los actores institucionales cuando deben optar por organizarse en mejoras de la población, más bien son incapaces para vincularse con otros actores sociales, lo que deja desprotegido para resurja y se posicione la informalidad como ciudad cocalera.
4. Se determinó que la influencia de la eficacia es baja en correlación con los controles de los precursores químicos, la cual se relaciona directamente con la baja productiva de los operadores de justicia en cuanto a las intervenciones, en el control del desvío y descontrol en el ingreso-producción de precursores Químicos y Productos Fiscalizados (IQPF) en la Región VRAEM, y en otras cuencas.
5. Se determinó que la influencia de los actores es baja en correlación con las bases materiales, porque es inadecuado el procedimiento de los primeros por la falta de manifestación para la protección de los ecosistemas, lo que deriva a las malas prácticas y notoria ilegalidad de circulación del dinero en la ciudad.

7 RECOMENDACIONES

Se recomienda al Poder Ejecutivo, en Crear una Comisión Nacional de naturaleza temporal-CNNT 2024-2026, que involucre a todos los actores políticos-sociales, para la implementación de la Política Nacional Ambiental-PNA 2030, la temporalidad permitirá elaborar instrumentos de gestión (Planes, objetivos, estrategias) y sean sujetos a evaluaciones de impacto, y mejorar la intervención multiescalar anualmente. La mejora hacia un futuro deseado debe contemplar los ODS al 2030 en tema ambiental, (se detallan en anexo), articular con instituciones que efectúan sinergias en la zona como DEVIDA-PROVRAEM-SENASA-MINAGRI, que permita restaurar los servicios ecosistémicos de manera que reduzca la vulnerabilidad de los ecosistemas, preserve la biodiversidad y contribuya a mejorar la calidad de vida de las personas y se reduzcan las brechas según las recomendaciones de la OCDE.

Al Poder ejecutivo, mejorar las estructuras con Intervención multisectorial para diseñar planes a corto plazo en el marco PPR 072 – PIRDAIS y con el objetivo de la Política Nacional Agraria-PNA 2021-2030, para masificar la diversificación productiva incorporando los recursos naturales no maderables del bosque tropical húmedo como productos agrarios orientados al autoconsumo y a los mercados, en líneas alimentarias, medicinales, ornamentales y agroindustriales; permitiendo mejores niveles de vida mediante el aprovechamiento de dichos recursos naturales en forma sostenible. Para lo cual la diversificación productiva se orienta a la aplicación de prácticas sostenibles de conservación y manejo de suelos, permitiendo de esta manera mantener su capacidad productiva y disminuir la economía moral de la ilegalidad.

Mejorar la eficacia de las políticas ambientales, la informalidad es un desafío crítico a pesar de los esfuerzos gubernamentales a lo largo de los años para abordarla, la cual afecta a la fuerza laboral y a la mayoría de la MIPYMES, que da origen que una mayor parte de personas dependen de la economía informal, se propone buscar aliados estratégicos para implementar y promover la economía digital y facilitar la transformación digital, para fomentar un entorno empresarial propicio, incluso a través de buenas prácticas regulatorias y el impacto de la regulación en el sector informal, reformas estructurales, alfabetización digital y empoderamiento, resiliencia y sostenibilidad, tecnología financiera-, al tiempo

que se avanza en el empoderamiento y la formalización de las mujeres a lo largo de todos estos esfuerzos, incluidos aquellos de comunidades remotas y rurales. Se debe buscar promover una combinación innovadora de políticas y estrategias para desarrollar habilidades y productividad; mejorar la confianza en las instituciones; aumentar el acceso al capital, los mercados y la tecnología; facilitar la entrada al mercado laboral; impulsar la protección social y la formalización de los mercados laborales para hacerlos más equitativos e inclusivos, integrando al mismo tiempo la innovación durante el proceso.

Para superar el problema de la ineficiencia del operativo de bloqueo-IQPF, se recomienda la participación integral de todas las instituciones, incluidas la policía, los fiscales, el Ministerio de Justicia y SUNAT; todo ello apoyado en equipos tecnológicos como escáneres y circuitos cerrados para que todas las interacciones queden grabadas en vídeo en puestos de control intinerantes. Esta actividad integral propuesta debe estar regulado, se debe mejorar el marco legal para evitar la corrupción de funcionarios que socavan el marco legal y las inspecciones de cumplimiento, que permiten la introducción de sustancias químicas controladas en las áreas del VRAEM. Esto se explica por la alta rentabilidad del negocio de la droga, que corrompe a las autoridades.

Crear mancomunidades dentro del VRAEM, para fortalecer bases formales, que permita diseñar propuestas e incluir dentro sus PDCs en el marco de la Política del Empleo Decente-PED, acciones para mejorar los entornos sociales e institucionales, al ser este un problema multi-causas, se necesita atención integral de sus distintas causas para el logro de su solución, lo constituirse bajo un enfoque multisectorial que involucre también acciones a distintos niveles de gobierno dadas sus competencias, con el apoyo de las TICs se han utilizado principalmente el Internet, ha sido esencial para lograr un mayor desarrollo económico, desde entonces, el estado presenta una infraestructura de comunicaciones de banda ancha deteriorada. Los esfuerzos deben estar centrados en reducir brechas de desigualdad e incrementar la generación del empleo formal en las unidades productivas, ampliando las fuentes de financiamiento para pequeños y medianos agricultores, teniendo como aliados del MIDAGRI y para los servicios financieros innovadores a PRODUCE.

8 PROPUESTA

8.1 Título

Plan de intervención multiescalar para desarrollar una economía legal sostenible en el VRAEM.

8.2 Objetivos

a. General

El objetivo general es desarrollar oportunidades económicas mediante la implementación y evaluación de políticas gubernamentales y administrativas y otras herramientas locales para desestabilizar la corrupción en la lucha contra las drogas, teniendo en cuenta la relación simbiótica entre corrupción y tráfico de drogas

b. Especifico

1. Lograr una gestión rentable con diversificación productiva, transformadora con manejo de los residuos bajo criterios de economía circular que permita la sostenibilidad-ambiental
2. Rehabilitar áreas degradadas con participación multisectorial según competencias, Público-Privado.
3. Promover conciencia ambiental con enfoque turístico para dotar oportunidades económicas
4. Lograr el control de las diferentes fuentes contaminantes con mecanismos de intervención, vigilancia, evaluación y fiscalización.

8.3 Beneficiarios

DIRECTOS: Población en general del VRAEM

INDIRECTOS: Población de distritos colindantes

8.4 Justificación

La investigación presentada ha determinado que existe influencia del circuito ilegal sobre las políticas-ambientales, este impacto negativo se prolifera en los otros distritos del VRAEM. ¿Qué significa esta conclusión?, La corrupción en la producción de coca con fines ilícitos tiene más ramificaciones de las que parece en la ciudad. Por un lado, la corrupción debilita los presupuestos de la administración pública local en las regiones productoras de coca, reduciendo la intervención estatal. Por otro lado, la ausencia de instituciones estatales crea condiciones favorables para el desarrollo de zonas de cultivo de coca y negocios ilegales asociados, la práctica de otros delitos, incluida la corrupción, asociados a estas actividades, así como los grupos criminales que las promueven. Estos delitos incluyen tráfico de drogas, lavado de dinero, cohecho, asociación delictuosa y asociación para delinquir

¿Cómo lograr que esta propuesta sea viable? Que el titular de la PCM, priorice un plan nacional de naturaleza temporal para la intervención multi-sectorial, porque el problema es complejo y requiere no sólo la creación de nuevos programas, sino sobre todo la participación de muchos actores sociales y agencias gubernamentales, respaldados por una fuerte voluntad política y respaldados al más alto nivel. También debe mantenerse la importancia de equilibrar las necesidades estratégicas con la sostenibilidad, ya que el VRAEM debe centrarse principalmente en el corto plazo. Este es inevitablemente el comienzo de un proceso más amplio, cuyos resultados deben protegerse firmemente a largo plazo.

8.5 Actividades

Tabla 13 - Propuesta de Actividades.

Actividades	Responsables	Inicio y termino Cronograma (meses/años)		Productos	Cantidad de beneficiarios
Objetivo Especifico N° 1. Lograr una gestión rentable con diversificación productiva, transformadora con manejo de los residuos bajo criterios de economía circular que permita la sostenibilidad ambiental					
1.1 proyectos agroforestales con componente ambiental para asegurar la ecoeficiencia	MIDAGRI, MINAM DEVIDA, PCM, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Dic-24	Proyectos	500
1.2 Evaluación de impacto ambiental y seguimiento con medidas preventivas	MINAM, MIDAGRI, DEVIDA, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Jun-24	Informe	500
Objetivo Especifico N° 2 Rehabilitar áreas degradadas con participación multisectorial según competencias, Público-Privado.					
2.1 Proyectos de reforestación para recuperar suelos degradados	MINAM, MIDAGRI, DEVIDA, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Dic-24	Proyectos	1000
2.2 Acciones de capacitación y sensibilización ambiental	MINAM, MIDAGRI, DEVIDA, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Dic-24	Programas	1000
Objetivo Especifico N° 3 Promover conciencia ambiental con enfoque turístico para dotar oportunidades económicas					
3.1 Fortalecimiento de los servicios turístico	MINCETUR, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Dic-24	Programa	200
3.2 Acciones de capacitación de entornos laborales	MINCETUR, GORE, GOB. LOCAL	Ene-24	Dic-24	Programa	500
Objetivo Especifico N° 4 Lograr el control de las diferentes fuentes contaminantes con mecanismos de intervención, vigilancia, evaluación y fiscalización					

Actividades	Responsables	Inicio y termino Cronograma (meses/años)		Productos	Cantidad de beneficiarios
4.1 Implementación multisectorial de puestos itinerantes de control con fortalecimiento tecnológico-scanner	MININTER, SUNAT, MP	Ene-24	Jul-24	Puestos de control	N/C
4.2 Equipamiento con camionetas bandscanner para la DIRANDRO para intervenciones	PCM, MININTER, MP	Ene-24	Dic-24	Camionetas equipadas	N/C

8.6 Presupuesto

Tabla 14 - Propuesta de gastos.

Actividad	Costo	Cantidad	Costo Unitario	Costo Total
1.2 Proyectos		3	4,000,000	12,000,000
1.2 Informe		1	200,000	200,000
Actividad				
2.1 Proyectos		2	5,000,000	10,000,000
2.2 Programa-capacitación		4	100,000	400,000
Actividad				
3.1 Programa-capacitación		4	100,000	400,000
3.2 Programa-capacitación		4	100,000	400,000
Actividad				
4.1 Puestos itinerantes		4	250,000	1,000,000
4.2 camionetas		10	600,000	6,000,000
	TOTAL PRESUPUESTO			30,400,000

8.7 Evaluación y Control:

Para corroborar la implementación de la propuesta, se mantendrá reuniones periódicas trimestrales a fin de conocer el grado de avance de las actividades, si se tuvieron dificultades, imprevistos y los logros en la gestión, lo que permitirá evaluar para la mejora continua y promover economías sólidas y desfavorecer el TID.

REFERENCIAS

- Abarca Collantes, A. G. (2022). La comunicación política y la gobernabilidad en el Perú 2020. **Repositorio Institucional - UCV**. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/77555>
- Acero, C., Ordoñez, L., Harris, M., Rhodes, T., Holland, A., & Gutierrez-Sanín, F. (2023). Navigating Chemical Toxicity in Coca Production in the Colombian Borderlands of Putumayo. **Medical Anthropology**, 42(7), 650–666. <https://doi.org/10.1080/01459740.2023.2249202>
- Álvarez-Rodríguez, I. M. (2021). The Moral Economy of Drug Trafficking: Armed Civilians and Mexico's Violence and Crime. **Latin American Perspectives**, 48(1), 231–244. <https://doi.org/10.1177/0094582X20982941>
- Arias, F. (2012). **El Proyecto de Investigacion Introducción a la metodología científica** (E. Episteme (ed.); 6a edicion, Issue May). <https://www.researchgate.net/publication/301894369%0D>
- Arispe, C., Yangaky, J., Guerrero, M., Lozada, O., Acuña, L., & Sacramento, C. (2020). **La investigacion científica, una proximacion para los estudios de post grado**. Universidad Internacional de Ecuador. https://repositorio.uide.edu.ec/bitstream/37000/4310/1/LA_INVESTIGACIÓN_CIENTÍFICA.pdf
- Arriarán, G. (2020). Un mapeo de actores. La trata de personas y la corrupción en el contexto del narcotráfico y la pandemia del covid-19 en el Trapecio Amazónico. **Proetica**. www.transparency.org
- Baena Paz, G. (2017). Metodología de la Investigación. In Grupo Editorial Patria (Ed.), **Metodología de la investigación** (3ra edicio, Issue 2017). file:///C:/Users/Tony Sanchez/Downloads/metodologia de la investigacion Baena 2017.pdf
- Barrio, R. del, Ocampo, M., Pilquen, M. L.-R., & 2020, U. (2020). Políticas públicas y gobernanza ambiental: lineamientos para un programa integral de control, descontaminación y saneamiento de las cuencas hídricas rionegrinas (Argentina). **SciELO Argentina**. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-31232020000500006
- Bartolome, A. (2020). **La protección constitucional del medio ambiente. Implicación de la ciudadanía en el cuidado del bien común medioambiental**. [Universidad de Cordova]. <https://www.uco.es/ucopress/index.php/es/>
- Bartolomé, M. C., Ventura Barreiro, V., Bartolomé, M. C., & Ventura Barreiro, V. (2019). Narcotráfico en América del Sur más allá del bloque andino: los casos de Argentina y Brasil. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, 14(1), 205–222. <https://doi.org/10.18359/RIES.3760>
- Becker, G., Murphy, K., & Grossman, M. (2004). El mercado de bienes ilegales: El caso de la droga. **ResearchGate**. https://www.researchgate.net/publication/24047436_El_mercado_de_bienes_ilegales_El_caso_de_la_droga
- Bobadilla, P. (2012). La importancia de integrar en la gestión pública. Sistemas de monitorización y evaluación. **Revista Ciencia Política PUCP**. <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/14132/14748>
- Campos, S. (2019). **Politica y gestion ambiental en la Universidad Nacional Hermilio Valdizan de Huanuco 2018**. <https://repositorio.unheval.edu.pe/bitstream/handle/20.500.13080/5868/TDr.MADS00030C24.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Carhuanchu, I. M., Fernando, M., Nolasco, A., Luis, L., Monteverde, S., Auxiliadora, M., Bejarano, G., Milagritos, K., & Jara, C. (2019). **Metodología para la investigación holística**. Universidad Internacional del Ecuador Guayaquil-UIDE. [https://repositorio.uide.edu.ec/bitstream/37000/3893/3/Metodologia para la investigación holística.pdf](https://repositorio.uide.edu.ec/bitstream/37000/3893/3/Metodologia%20para%20la%20investigacion%20holistica.pdf)

Castillo, R., Antonio, E., Escobar, H., & Jorge, W. (2022). La gobernanza ambiental y la gestión de los residuos sólidos en las municipalidades. **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science**, 5(10). <http://www.ijlrhss.com/paper/volume-5-issue-10/6-HSS-1485.pdf>

Castillo, S. I. V., & Heuser, C. (2019). Los Estados en los márgenes: soberanía y gubernamentalidad en el principal valle cocalero peruano. **Sociologías**, 21(52), 164–190. <https://doi.org/10.1590/15174522-88054>

Christel, L. G. (2020). Resistencias sociales y legislaciones mineras en las provincias argentinas. Los casos de Mendoza, Córdoba, Catamarca y San Juan (2003-2009). **Política y Gobierno**, 27(1). http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372020000100100&lng=es&nrm=iso&tlng=es

Concha, J. S. Z. (2022). La importancia de los Principios del Derecho Ambiental en la Política Ambiental Municipal. **REVISTA DE DERECHO**, 7(1), 153–164. <https://doi.org/10.47712/RD.2022.V7I1.158>

Cordeiro De Matos Júnior, C., Pedro, J., Neto, S., & De Freitas Pires, A. (2022). Mercados Ilegais e Dinâmicas Criminais: **Revista TOMO**, 40, 39–39. <https://doi.org/10.21669/TOMO.VI40.15826>

Cuéllar, H. R. (2008). SIMPoSlo: SALUD AMBLeNTAL CoNcePTUALIZACIóN De LA SALUD AMBLeNTAL: TeoRÍA Y PRÁCTICA. **Rev Peru Med Exp Salud Publica**, 25(4), 403–403.

Dammert-Guardia, M., Dammert, L., Sarmiento, K., Dammert-Guardia, M., Dammert, L., & Sarmiento, K. (2020). La trata de personas en los Andes: dinámicas socio-espaciales en las fronteras de Perú. *Íconos*. **Revista de Ciencias Sociales**, 68, 117–134. <https://doi.org/10.17141/ICONOS.68.2020.4043>

Devine, J. A., Wrathall, D., Aguilar-González, B., Benessaiah, K., Tellman, B., Ghaffari, Z., & Ponstingel, D. (2021a). Narco-degradation: Cocaine trafficking's environmental impacts in Central America's protected areas. **World Development**, 144. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105474>

Devine, J. A., Wrathall, D., Aguilar-González, B., Benessaiah, K., Tellman, B., Ghaffari, Z., & Ponstingel, D. (2021b). Narco-degradation: Cocaine trafficking's environmental impacts in Central America's protected areas. **World Development**, 144. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105474>

Espinoza, I. L. (2020). The good administration as adaptability rule against climate change. **Revista de Derecho Ambiental(Chile)**, 13, 145–162. <https://doi.org/10.5354/0719-4633.2020.54169>

Espinoza, N. (2021). Propuesta de mecanismos para prevenir el desvío de insumos químicos fiscales...: CONCYTEC. In: **Biblioteca virtual CONCYTEC**. <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=cf932a17-51e6-4cde-b3ba-1b77183f65f5%40redis&bdata=JkF1dGhUeXBIPWwLHNzbyZsYw5nPWVzJnNpdGU9ZWZRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3D%3D#AN=CONCYTEC.20.500.12692.58355&db=ir00912a>

Fernández Bedoya, V. H. (2020). Tipos de justificación en la investigación científica. **Espíritu Emprendedor TES**, 4(3), 65–76. <https://doi.org/10.33970/eetes.v4.n3.2020.207>

Gallardo, B. B., Lukas, M., Stamm, C., & Torre, A. (2019). Neoliberalismo y gobernanza territorial: propuestas y reflexiones a partir del caso de Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, 2019(73), 161–183. <https://doi.org/10.4067/S0718-34022019000200161>

Galvis, A. F., & Cardozo, J. A. H. (2020). Hacia un nuevo concepto de política pública. **Revista Jurídica Piélagus**, 19(2), 106–125. <https://doi.org/10.25054/16576799.2868>

Gaune, R. (2019). La política de los intersticios: «De liberalitate et parsimonia» en El príncipe, de Nicolás Maquiavelo. **Derecho PUCP**, 82, 239–256. <https://doi.org/10.18800/DERECHOPUCP.201901.008>

Grado, E. D. E. P. O. S. (2018). "Fortalezas y debilidades del control estatal y su relacion con el ingreso de insumos quimicos y productos fiscalizados en la region del Valle de los rios Apurimac, Ene y mantaro, distrito de Pichari, Cuzco, en el año 2016. <http://repositorio.ict.ejercito.mil.pe/bitstream/ICTE/65/1/D-GD - CORDOVA MAO.pdf>

Grimalda, G., & TänzlerNocholas. (2018). Social Cohesion, Global Governance and the future of politics Understanding and fostering social cohesion. **CARI Argentina**. <https://t20argentina.org/wp-content/uploads/2018/07/TF8-8.1-Social-cohesion-Policy-Brief-Version-II.pdf>

Guerrero, A. L., & Espasa, L. C. (2021a). The problem of illegal cocaine trafficking from a multiscalar and multiterritorial approach. **Anales de Geografía de La Universidad Complutense**, 41(2), 343–364. <https://doi.org/10.5209/aguc.79340>

Gutiérrez, A. I., & Morales-Pinzón, T. (2017). Evaluación de la gobernanza ambiental local en Risaralda. **Luna Azul**, 45(45), 309–328. <https://doi.org/10.17151/LUAZ.2017.45.16>

Heredia, W. (2021). Gobernanza territorial ambiental y la economía ilegal del narcotráfico en el VRAEM: **Acvenisproh.Com**. <https://doi.org/10.47606/ACVEN/PH0087>

Hernandez, R., Fernandez, C., & Batista, M. del P. (2014). **Metodología de la Investigacion** (S. A. D. C. V. McGRAW-HILL / INTERAMERICANA EDITORES (ed.); Sexta edic). <http://observatorio.epacartagena.gov.co/wp-content/uploads/2017/08/metodologia-de-la-investigacion-sexta-edicion.compressed.pdf>

Hernández, S., & Duana, D. (2020). Técnicas e instrumentos de recolección de datos. **Boletín Científico de Las Ciencias Económico Administrativas Del ICEA**, 9(17), 51–53. <https://doi.org/10.29057/ICEA.V9I17.6019>

Howlett, M., Kekez, A., & Poocharoen, O. O. (2017). Understanding Co-Production as a Policy Tool: Integrating New Public Governance and Comparative Policy Theory. **Taylor & Francis Online**, 19(5), 487–501. <https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1287445>

Ibsen, M. F. (2018). The Populist Conjuncture: Legitimation Crisis in the Age of Globalized Capitalism. **SAVE Journal**, 67(3), 795–811. <https://doi.org/10.1177/0032321718810311>

Jiménez Iguarán, N., & Rincón Largo, J. A. (2020). Las antípodas de la gobernanza ambiental en el territorio campesino agroalimentario del macizo colombiano. **Revista de Investigación Agraria y Ambiental**, 11(3), 65–85. <https://doi.org/10.22490/21456453.3899>

Luna, M., Luong, H. T., & Astolfi, E. (2021). El narcotráfico como crimen organizado: comprendiendo el fenómeno desde la perspectiva trasnacional y multidimensional. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, 16(1). <https://doi.org/10.18359/RIES.5412>

Maciej Serda, Becker, F. G., Cleary, M., Team, R. M., Holtermann, H., The, D., Agenda, N., Science, P., Sk, S. K., Hinnebusch, R., Hinnebusch A, R., Rabinovich, I., Olmert, Y., Uld, D. Q. G. L. Q., Ri, W. K. H. U., Lq, V., Frxqwu, W. K. H., Zklfk, E., Edvhg, L. V, ... ح. م. ط. ف. (2006). El mercado de bienes ilegales: el caso de la droga. **Revista de Economía Institucional**, 8(15), 343–354. <https://doi.org/10.2/JQUERY.MINJS>

Manrique, H., & Pastor, N. (2019). Vista de Cocaína peruana: análisis bibliográfico de la investigación sobre el tráfico ilícito de drogas cocaínicas en Perú. **Revista Cultura y Droga**. <https://revistasoj.s.ucaldas.edu.co/index.php/culturaydroga/article/view/2795/2583>

Martín, L. (2022). Implementación de políticas ambientales nacionales en ámbitos provinciales. El caso de la Ley de Bosques en Argentina (2008-2019). *In: Escuela de Política y de Gobierno UNSAM*. https://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/2151/1/TDOC_EPYG_2022_FLM.pdf

Mejía, J., & Mejía, J. (2020). Epistemología de las políticas de ciencia y tecnología en América Latina. *Cinta de Moebio*, 67, 14–25. <https://doi.org/10.4067/S0717-554X202000100014>

Mendez Gonzalez, M. G. (2022). El narcotráfico: la economía sombra potencializada por la inacción del Estado ecuatoriano en el periodo 2020-2022. *Repositorio Universidad Ecotec*. <https://repositorio.ecotec.edu.ec/handle/123456789/503>

Mendoza, W., & Leyva, J. (2017). **La economía del VRAEM Diagnostico y opciones de politica** (R. Rey de Castro (ed.); Primera ed). Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional, USAID. <https://files.pucp.edu.pe/departamento/economia/WM-JL-VRAEM-VFF-abril-20171.pdf>

Miszczyk, M., Płonka, M., Stobiecki, T., Kronenbach-Dylong, D., Waleczek, K., & Weber, R. (2018). Official control of plant protection products in Poland: detection of illegal products. *Environmental Science and Pollution Research*, 25(32), 31906–31916. <https://doi.org/10.1007/s11356-018-1739-2>

Müller Bitencourt Janriê Rodrigues Reck Abordagens Epistemológicas sobre Democracia, C. (2020). Abordagens Epistemológicas sobre Democracia, Políticas Públicas e Controle Social. *In: e-book editora* (Vol. 1). https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/56735948/Abordagens_epistemologicas_sobre_democracia_politicas_publicas_e_controle_social-libre.pdf?1528249206=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAbordagens_epistemologicas_sobre_democra.pdf&Expires=1

Münch, L. (2010). **Administración. Administración: Gestión Organizacional, Enfoques y Procesos Administrativos**, 109–110. <http://up-rid2.up.ac.pa:8080/xmlui/handle/123456789/1624>

Ñaupas, H., Mejía, E., Novoa, E., & Villagómez, A. (2014). **Metodologia de la investigación** (Ediciones). <https://corladancash.com/wp-content/uploads/2019/03/Metodologia-de-la-investigacion-Naupas-Humberto.pdf>

Paredes, G. (2022). Narcoterrorismo y Trafico Ilícito de Drogas en Perú. *Revista de Ciencia e Investigación En Defensa - CAEN*, 3(2), 94–111. <https://doi.org/10.58211/RECIDE.V3I2.69>

Paredes, M., & Pastor, A. (2023). Illicit crops in the frontier margins: Amazonian indigenous livelihoods and the expansion of coca in Peru. *The Journal of Peasant Studies*. <https://doi.org/10.1080/03066150.2023.2225413>

Parsons, W. (1995). Public Policy : an Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis. **UNIVERSITAS GADJAH MADA**. <http://digilib.fisipol.ugm.ac.id/handle/15717717/16690>

PCM. (2022). POLÍTICA NACIONAL CONTRA LAS DROGAS AL 2030. **Pagina Institucional**. www.gob.pe/devida

Pérez-Niño, W. F., & Leguizamón-Arias, W. Y. (2020). Gobernanza ambiental en Boyacá: un análisis «glocal». *Entramado*, 16(2), 202–218. <https://doi.org/10.18041/1900-3803/ENTRAMADO.2.6662>

PNUMA. (2021). Informe anual de 2021. *In: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - Naciones Unidas y el Estado de Derecho*. <https://www.unep.org/es/resources/informe-anual-de-2021>

Raffo, L. (2011). La teoría económica de los bienes ilegales: una revisión de la literatura. *Sociedad y Economía*, (20). <https://www.redalyc.org/pdf/996/99618649011.pdf>

Ramos, A. (2019). La corrupción política en la administración pública en el marco de la descentralización en la Región Cusco periodo 2011 - 2018 [Universidad César Vallejo]. In: **Repositorio Institucional - UCV**. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/44147>

Rene, A., Peralta, R., Luis, J., Soplapuco, S., & Nacional De Ucayali, U. (2022). Solid waste management of the Provincial Municipalities of the Cajamarca Region, Peru. **Sapientia: International Journal of Interdisciplinary Studies**, 3(2), 57-73. <https://doi.org/10.51798/SIJS.V3I2.307>

Rivera-Rhon, R., & Bravo-Grijalva, C. (2020). Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico. **URVIO. Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, 0(28), 8-24. <https://doi.org/10.17141/urvio.28.2020.4410>

Rodrigues, T., & Labate, B. C. (2019). Mexico and the narcoanalysis: A genealogy of drug policies in the Calderón and Peña Nieto governments. **Colombia Internacional**, 100, 15-38. <https://doi.org/10.7440/colombiaint100.2019.03>

Rodrigues, T., Pimenta, M., Miranda, W. M., & Quirino, J. (2021). HYBRID GOVERNANCE, URBAN VIOLENCE, AND LEGITIMACY IN TIMES OF PANDEMIC: THE CASE OF THE COMANDO VERMELHO IN THE COMPLEXO DO SALGUEIRO, RIO DE JANEIRO, BRAZIL. **Análisis Político**, 34(102), 123-149. <https://doi.org/10.15446/ANPOL.V34N102.99938>

Rodriguez, S. (2020). **Diseño y formulacion de las politicas publicas, y el proceso de implementacion, seguimiento y evaluacion en los gobiernos Locales de la Region La Libertad 2018-2019**. https://repositorio.usmp.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12727/6602/rodríguez_asm.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Roth, S., Valentinov, V., Heidingsfelder, M., & Pérez-Valls, M. (2020). CSR Beyond Economy and Society: A Post-capitalist Approach. **Journal of Business Ethics**, 165(3), 411-423. <https://doi.org/10.1007/S10551-018-4068-Y/TABLES/1>

Rouquaud, I., & Mercáu, F. A. (2022). Políticas públicas en san luis: Las energías renovables: Claves de su implementación. **Kairos: Revista de Temas Sociales**, ISSN-e 1514-9331, No.15 49, 2022, 49, 3. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8538310&info=resumen&idioma=ENG>

Salinas, P., & Cárdenas, M. (2009). Métodos de investigación social. In: **Perspectives on Politics**. <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=55376>

Sota, E., & Urtubey, L. (1999). **EPISTEMOLOGÍA E HISTORIA DE LA CIENCIA SELECCIÓN DE TRABAJOS DE LAS IX JORNADAS VOLUMEN 5** (1999), No 5.

Suarez, W. (2021). Estrategia ambiental para prevenir la tala ilegal en El Parque Nacional Yasuní, Ecuador. 2020 [Universidad César Vallejo]. In: **Repositorio Institucional - UCV**. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/68443>

Torres Zegarra, E. (2020). Perspectivas de desarrollo de la gobernanza territorial y gobernabilidad democrática en la región Ayacucho al 2030. **Repositorio Institucional - UCV**. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/47640>

UNODC. (2006). Desvío de Sustancias Precursoras de Drogas Ilícitas. **Proyecto PRELAC**. <https://www.unodc.org/peruandecuador/es/areas/insumos/desvio-insumos-quimicos.html>

UNODC. (2022). **Sistema de Monitoreo de Cultivos de Hoja de Coca en Peru**. Aviso Legal. <https://www.unodc.org/peruandecuador/es/02AREAS/MONITOREO/sm-peru.html>

Valdez, M., & Cisneros, P. (2020). Vista de Gobernanza ambiental, Buen Vivir y la evolución de la deforestación en Ecuador en las provincias de Tungurahua y Pastaza. *FORO Revista de Derecho*. <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/foro/article/view/1467/1291>

Vargas Arévalo, C. (2007). ANALISIS DE LAS POLITICAS PÚBLICAS. **Perspectivas**. <https://www.redalyc.org/pdf/4259/425942453011.pdf>

Vega, N., & Augusto, E. (2021). El problema socio-jurídico del no adecuado control de IQPF destinados al tráfico ilícito de drogas. **Repositorio Institucional - UCV**. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/58098>

Vizcarra Castillo, S. (2018, August). **La economía moral de la ilegalidad en la ciudad cocalera: significados y prácticas legitimadoras del narcotráfico en la ciudad de Pichari (2000 - 2017)**. Tesis. https://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/12532/VIZCARRA_CASTILLO_SOFA_ECONOMIA_MORAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Vizcarra, Sofía. (2018). **La economía moral de la ilegalidad en la ciudad cocalera: significados y prácticas legitimadoras del narcotráfico en la ciudad de Pichari (2000 - 2017)** [PUCP]. <http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/handle/20.500.12404/12532>

Vizcarra, Sofía, Bonilla, D., & Prado, B. (2020). Respuestas del Estado peruano frente al crimen organizado en el siglo XXI. **Revista CS**, 109–138. <https://doi.org/10.18046/RECS.131.3710>

Zea, J. (2022). La importancia de los Principios del Derecho Ambiental en la Política Ambiental Municipal. **Revista de Derecho**. <https://doi.org/DOI:https://doi.org/10.47712/rd.2022.v7i1.158>

ANEXOS

ANEXO N° 1 MATRIZ DE CONSISTENCIA

Título: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023							
Autor: Wilman Jorge Heredia Escobar							
Problemas	Objetivos	Hipotesis	Variables e indicadores				
Problema General: ¿De qué manera influyen las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023? Problemas específicos: a) ¿Cómo se relaciona la estructural y la economía ilegal en el VRAEM 2023; b) ¿Cómo se relaciona lo institucional y la economía ilegal en el VRAEM 2023?; c) ¿Cómo se relaciona la eficacia y la economía ilegal en VRAEM 2023?; d) ¿Cómo se relaciona los actores y la economía ilegal en VRAEM 2023?	Objetivo General: Determinar el impacto de la Política Ambiental en la economía ilegal en el VRAEM, 2023 Objetivo específico: i)Identificar la relación de la estructural en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, ii) Identificar la relación de lo institucional en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, iii) Identificar la relación de la eficacia en la economía ilegal en el VRAEM, 2023 e iv) identificar la relación de los actores en la economía ilegal en el VRAEM, 2023	Hipotesis General: Existe la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, Hipotesis Especificas Existe la relación de lo estructural en la economía ilegal en el VRAEM 2023. b. Existe la relación de lo institucional en la economía ilegal en el VRAEM, 2023. c. Existe la relación de la eficacia en la economía ilegal en el VRAEM, 2023. d. Existe la relación de los actores en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.	Variable 1: Políticas ambientales				
			Dimensiones	Indicadores	Items	Escala de medicion	Niveles y rangos
			Estructural	Políticas de estado	1,2	Ordinal	Adecuado: 76-110 Regular: 49-75 Inadecuado: 22-48
				Objetivos	3,4		
				Estrategias	5,6		
			Institucional	Planificación	7,8	El inventario está compuesto por 22 previstos de opción múltiple:	
				Estructura Organizativa	9,10		
				Cultura Organizativa	11,12	Totalmente en desacuerdo = 1	
			Eficacia	Objetivos	13,14	En desacuerdo = 2	
				Estrategias	15,16	Indiferente= 3	
			Actores	Estatales	17,18	De acuerdo = 4	
				Compromiso	19,20	Totalmente de acuerdo = 5	
				Conflictos	21,22		
			Variable 2: Economía ilegal				
			Dimensiones	Indicadores	Items	Escala de medición	Niveles y rangos
			La economía moral de la ilegalidad	Perspectiva de seguridad	1,2	Ordinal	Adecuado: 76-110 Regular: 49-75
				Ética	3,4		
				Rol del estado	5,6		

			Ciudad Cocalera	Cadena de valor Transnacional	7,8	El inventario está compuesto por 22 previstos de opción múltiple:	Inadecuado: 22-48
				Surgimiento de negocios	9,10		
				Calidad de vida	11,12	Totalmente en desacuerdo = 1	
			Precusores Químicos	N° políticas aprobadas	13,14	En desacuerdo = 2	
				Decomisos	15,16	Indiferente= 3	
			Bases materiales para la ilegalidad	Mercado ilegales	17,18	De acuerdo = 4	
				Circulación de dinero	19,20	Totalmente de acuerdo = 5	
				Patrones de consumo	21,22		

MATRIZ DE OPERACIONALIZACIÓN DE VARIABLES

Matriz de operacionalización de la variable 01: **Políticas ambientales**

Definición conceptual	Definición operacional	Dimensión	Indicadores	Escala de medición
El argumento general es mostrar la variabilidad de la sostenibilidad en la implementación de políticas ambientales nacionales, que depende de la resolución de conflictos. Las implementaciones variarán según la composición y la dinámica de los actores. Tareas caracterizadas por encontrar nuevos temas y recursos en todo el proceso de implementación. (Martín, 2022)	La implementación de políticas nacionales en ámbitos subnacionales presenta variaciones al comparar diferentes jurisdicciones territoriales, que conlleva a dividirse en tres dimensiones, a través de distintas variables, buscan entender dichas variaciones: estructural, institucional y de actores.	D1: Estructural	- Políticas de estado - Objetivos - Estrategias	El inventario está compuesto por 22 previstos de opción múltiple: Intervalo Totalmente en desacuerdo = 1 En desacuerdo = 2 Indiferente= 3 De acuerdo = 4 Totalmente de acuerdo = 5 Ordinal
		D2: Institucional	- Planificación - Estructura Organizativa - Cultura Organizativa	
		D3: Eficacia	- Objetivos - Estrategias	
		D4: Actores	- Estatales - Compromiso - Conflictos	

Matriz de operacionalización de la variable 02: **Economía ilegal**

Definición conceptual	Definición operacional	Dimensión	Indicadores	Escala de medición
En los valles de los ríos Apurimak, Ene y Mantaro, donde se ubica la ciudad de Pichari, en las dos primeras décadas del siglo XXI hubo un auge en la producción de derivados de la cocaína. Desde entonces, la región ha experimentado un período de auge económico y desarrollo urbano. A pesar de varios esfuerzos para combatir el narcotráfico, la población local se ha movilizado contra el estado, incluidos aquellos que no están directamente involucrados en actividades delictivas. Incide una economía moral de la ilegalidad del tráfico de drogas como el principal medio para obtener los ingresos que necesitan para satisfacer sus necesidades de vida y aspiraciones de bienestar en el mercado. (Vizcarra Castillo, 2018)	Esta economía moral de la ilegalidad no se circunscribe únicamente a aquellos actores directamente vinculados a una actividad ilegal, sino que se extiende a aquellos actores indirectamente vinculados, que dependen total o parcialmente de la actividad económica ilegal así como a los actores estatales locales quienes para realizar sus funciones tienen que poder permanecer y convivir en estas zonas. Así, la economía moral de la ilegalidad no solo existe en el campo donde se producen derivados cocaínicos sino en los núcleos urbanos que se han desarrollado a proximidad de los centros de producción.	D1: La economía moral de la ilegalidad	- Perspectiva de seguridad -Ética - Rol del estado	El inventario está compuesto por 22 previstos de opción múltiple: Intervalo Totalmente en desacuerdo = 1 En desacuerdo = 2 Indiferente= 3 De acuerdo = 4 Totalmente de acuerdo = 5 Ordinal
		D2: Ciudad Cocalera	- Cadena de valor Transnacional - Surgimiento de negocios - Calidad de vida	
		D3: Precursores Químicos	- N° políticas aprobadas - Decomisos	
		D4: Bases materiales para la ilegalidad	- Mercado ilegales - Circulación de dinero - Patrones de consumo	

Nota: Adaptado de RVIN° 062-2023-UCV

ANEXO N° 3 MATRIZ DE DISEÑO DE INSTRUMENTO DE RECOLECCIÓN DE DATOS

Cuestionario de Políticas ambientales

Buen día, estimado colaborador: Gestor Público y beneficiario de proyectos
Para mí, sería de gran ayuda que me apoye con el desarrollo del presente cuestionario sobre Políticas ambientales

Indicaciones

Marca con un aspa (X) en los casilleros de la derecha de cada afirmación, teniendo en cuenta la siguiente escala.

Calificación	1	2	3	4	5
Escala de medición	Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Indiferente	De acuerdo	Totalmente de acuerdo

D	N°	Ítems	Escala				
		Dimensión1 : Estructural					
		Políticas de Estado	1	2	3	4	5
	1	En su opinión considera que las políticas del estado están bien estructuradas en el tema medio ambiental					
	2	Considera que las Municipalidades articulan sus objetivos y estrategias con las políticas ambientales					
		Objetivos					
	3	Considera usted los objetivos institucionales municipales concuerdan con los planes de desarrollo nacional y regional para controlar el tema ambiental					
	4	Considera usted que las ordenanzas municipales contribuyen en articular y controlar los problemas ambientales de acuerdo a los objetivos de la Política ambiental.					
		Estrategias					
	5	Cree, que la autoridad municipal define las estrategias para revertir el daño ambiental en beneficio de la población.					
	6	Considera que el actual régimen de gobierno trabaja con las municipalidades para articular las estrategias en el tema ambiental					
		Dimensión 2: Institucional					
		Planificación	1	2	3	4	5
	7	Considera usted, que en el distrito existe una eficiente planificación municipal					
	8	Cree usted, que los programas y proyectos municipales ayudan a solucionar los problemas del distrito en el tema ambiental.					
		Estructura Organizativa					
	9	Cree usted que la estructura organizativa del municipio se encuentra bien organizada para luchar contra el daño ambiental					
	10	En su opinión, el municipio cuenta con perfiles de puestos para abordar el problema ambiental					
		Cultura Organizativa					

11	Considera usted, que el comportamiento del personal del municipio es idóneo en el cuidado del medio ambiente					
12	Considera usted, que la actual gestión municipal fomenta una favorable cultura organizacional con los vecinos para el cuidado ambiental.					
Dimensión 3: Eficacia						
Objetivos		1	2	3	4	5
13	Está usted de acuerdo con los objetivos de trabajo de su municipio en materia de protección ambiental					
14	Considera usted, que la actual gestión del municipio crea estrategias de compromiso con la población para reducir el problema ambiental					
Estrategias						
15	Considera usted que la autoridad municipal y el personal administrativo cuentan con un compromiso estratégico sobre los roles que desempeñan en cuidado ambiental					
16	En su opinión, considera que el municipio articula estratégicamente con otras instituciones en materia de políticas ambientales.					
Dimensión 4: Actores						
Estatales		1	2	3	4	5
17	Está usted de acuerdo con los objetivos de trabajo de su municipio en materia de protección ambiental					
18	Considera usted, que la actual gestión del municipio crea estrategias de compromiso con la población para reducir el problema ambiental					
Compromiso						
19	Considera usted que la autoridad municipal y el personal administrativo cuentan con un compromiso sobre los roles que desempeñan en cuidado ambiental					
20	En su opinión, considera que el municipio articula estratégicamente con otras instituciones para abordar el problema ambiental.					
Conflictos						
21	En su opinión, considera que la Municipalidad, trabaja estratégicamente con las juntas vecinales					
22	Los medios de difusión utilizados por la gestión municipal crean en usted valor para revertir futuros conflictos					

Cuestionario de la economía ilegal

Buen día, estimado colaborador: Funcionario, especialista, técnico y beneficiario del PIRDAIS.

Para mí, sería de gran ayuda que me apoye con el desarrollo del presente

cuestionario sobre la economía ilegal en el VRAEM

Indicaciones

Marca con un aspa (X) en los casilleros de la derecha de cada afirmación, teniendo en cuenta la siguiente escala.

Calificación	1	2	3	4	5
Escala de medición	Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Indiferente	De acuerdo	Totalmente de acuerdo

D	N°	Ítems	Escala				
		Dimensión 1 : La economía moral de la ilegalidad					
		Perspectiva de seguridad	1	2	3	4	5
	1	Las autoridades brindan confianza a los vecinos a través de las juntas vecinales para luchar contra la ilegalidad					
	2	Tiene usted confianza en el servicio de seguridad ciudadana que ofrece el distrito					
		Tranquilidad					
	3	Considera usted, que la tranquilidad es el resultado de una buena gestión municipal					
	4	Considera que los vecinos, sienten confianza de seguridad en el distrito					
		Rol del estado					
	5	Las autoridades municipales dan cumplimiento con sus funciones en temas del mercado ilegal.					
	6	La municipalidad da cumplimiento adecuadamente en la seguridad y la protección de los vecinos ante los hechos delictivos					
		Dimensión 2: Ciudad Cocalera					
		Cadena de valor transnacional	1	2	3	4	5
	7	Las autoridades municipales tienen la capacidad de elaborar planes de prevención para revertir el incremento de cultivos de coca					
	8	Considera Ud. que las autoridades se organizan para combatir el narcotráfico en su localidad.					
		Surgimiento de negocios					
	9	Considera Ud. que las autoridades se organizan para controlar los negocios informales en su localidad.					
	10	Considera adecuadas las acciones y estrategias de seguridades aplicadas por el Municipio relacionadas a la protección del vecino					
		Calidad de vida					
	11	Considera usted, que el municipio, la Policía Nacional y las juntas vecinales defienden coordinadamente para <u>poder vencer y la delincuencia en el distrito</u>					
	12	Considera usted que los órganos encargados de la seguridad en su comunidad brindan solución a los					

		problemas de inseguridad detectados						
		D3 Precursores químicos						
		Políticas Aprobadas	1	2	3	4	5	
	13	Cree usted, que son apropiadas las políticas para el control de insumos químicos.						
	14	Considera usted que existe corrupción para que ingrese los precursores químicos para elaborar de drogas.						
		Control						
	15	Considera usted que los órganos encargados del control de insumos químicos hacen su trabajo.						
	16	Considera que hay un adecuado control de las personas y de los bienes que transportan en las carreteras						
		D4 Bases materiales para la ilegalidad						
		Mercado ilegales						
	17	Como ciudadano, considera que las autoridades están comprometidas por dar seguridad en los espacios públicos del distrito						
	18	Las autoridades hacen esfuerzos para reducir y controlar la proliferación de mercados ilegales.						
		Orden						
	19	Considera Ud. que las autoridades se organizan para combatir la inseguridad en su distrito						
	20	Considera que el personal administrativo del municipio, se encuentra capacitado para atender ordenadamente las denuncias en materia de seguridad						
		Patrones de consumo						
	21	Considera que existe consumo de drogas en el distrito						
	22	Cree usted que los pobladores que están en el mercado ilegal de drogas se involucran en el consumo de drogas						

ANEXO N° 4 MATRIZ DE EVALUACIÓN POR JUICIO DE EXPERTOS

VALIDEZ POR JUICIO DE EXPERTOS

Señor (a) (ita): Dr. Augusto Ricardo Moreno Rodríguez

Presente

Asunto: Validación de instrumentos a través de juicio de experto

Nos es muy grato comunicarme con usted para expresarle mi saludo y así mismo, hacer de su conocimiento que, siendo estudiante del programa académico de doctorado en Gestión Pública y Gobernabilidad de la Universidad César Vallejo, en la sede Lima Norte, promoción 2021, requiero validar el instrumento con el cual recogeré la información necesaria para poder desarrollar mi trabajo de investigación.

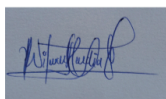
El título nombre del proyecto de investigación es: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VAREM, 2023, y siendo imprescindible contar con la aprobación de docentes especializados para poder aplicar los instrumentos en mención, he considerado conveniente recurrir a usted, ante su connotada experiencia en temas educativos y/o investigación educativa.

El expediente de validación, que le hago llegar contiene:

- Carta de presentación.
- Definiciones conceptuales de las variables y dimensiones.
- Matriz de operacionalización de las variables.

Expresándole mis sentimientos de respeto y consideración me despido de usted, no sin antes agradecerle por la atención que dispense a la presente.

Atentamente,



Firma:

Nombre completo del testista: Wilman Jorge Heredia Escobar

DNI: 18091807

1. Datos generales del Juez

Nombre del juez:		Dr. Augusto Ricardo Moreno Rodríguez			
Grado profesional:		Maestría ()		Doctor (X)	
Área de formación académica:		Clínica () Social ()		Educativa (X) Organizacional ()	
Áreas de experiencia profesional:		Docencia			
Institución donde labora:					
Tiempo de experiencia profesional en el área:		2 a 4 años ()		Más de 5 años (X)	
Experiencia en Investigación Psicométrica: (si corresponde)		Trabajo(s) psicométricos realizados Título del estudio realizado.			

2. Propósito de la evaluación:

Validar el contenido del instrumento, por juicio de expertos.

3. Datos de la escala (Colocar nombre de la escala, cuestionario o inventario)

Nombre de la Prueba:	Encuesta de Políticas ambientales
Autor (a):	Mag. Wilman Jorge Heredia Escobar
Objetivo:	Determinar la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.
Administración:	Físico/Presencial
Año:	2023
Ámbito de aplicación:	Valles de los ríos Apurímac, Ene y Mataro
Dimensiones:	Estructural, institucional, eficacia y actores
Confiabilidad:	95%
Escala:	Likert
Niveles o rango:	5
Cantidad de ítems:	22
Tiempo de aplicación:	30 minutos

4. Presentación de instrucciones para el juez:

A continuación, a usted le presento la encuesta de políticas ambientales en la economía ilegal elaborado por Wilman Jorge Heredia Escobar en el año 2023, de acuerdo con los siguientes indicadores califique cada uno de los ítems según corresponda.

Categoría	Calificación	Indicador
CLARIDAD El ítem se comprende fácilmente, es decir, su sintáctica y semántica son adecuadas.	1. No cumple con el criterio	El ítem no es claro.
	2. Bajo Nivel	El ítem requiere bastantes modificaciones o una modificación muy grande en el uso de las palabras de acuerdo con su significado o por la ordenación de estas.
	3. Moderado nivel	Se requiere una modificación muy específica de algunos de los términos del ítem.
	4. Alto nivel	El ítem es claro, tiene semántica y sintaxis adecuada.
COHERENCIA El ítem tiene relación lógica con la dimensión o indicador que está midiendo.	1. Totalmente en desacuerdo (no cumple con el criterio)	El ítem no tiene relación lógica con la dimensión.
	2. Desacuerdo (bajo nivel de acuerdo)	El ítem tiene una relación tangencial /lejana con la dimensión.
	3. Acuerdo (moderado nivel)	El ítem tiene una relación moderada con la dimensión que se está midiendo.
	4. Totalmente de Acuerdo (alto nivel)	El ítem se encuentra está relacionado con la dimensión que está midiendo.
RELEVANCIA El ítem es esencial o importante, es decir debe ser.	1. No cumple con el criterio	El ítem puede ser eliminado sin que se vea afectada la medición de la dimensión.
	2. Bajo Nivel	El ítem tiene alguna relevancia, pero otro ítem puede estar incluyendo lo que mide éste.
	3. Moderado nivel	El ítem es relativamente importante.
	4. Alto nivel	El ítem es muy relevante y debe ser incluido.

Leer con detenimiento los ítems y calificar en una escala de 1 a 4 su valoración, así como solicitamos brinde sus observaciones que considere pertinente.

4: Alto nivel

3: Moderado nivel

2: Bajo Nivel

1: No cumple con el criterio

Instrumento que mide la variable 01: Políticas ambientales

Definición de la variable:

Las políticas públicas son el resultado de los quehaceres de los gobiernos para lograr un fin o propósito, y que conlleva a cambios en el comportamiento social (Howlett et al., 2017)

Dimensión 1: Estructural

Definición de la dimensión:

La estructura es el conglomerado de elementos que caracterizan un determinado ámbito de la realidad y que facilita hacer mediciones (Zea 2022).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Políticas de Estado	1. La difunden las políticas de Estado aprobadas	4	4	4	
Objetivos	2. Los Planes sectoriales tienen objetivos claros	4	4	4	
Estrategias	3. Se cuenta con estrategias para mitigar el impacto ambiental	4	4	4	

Dimensión 2: Institucional

Definición de la dimensión:

la administración municipal – Institucional tienen atribuciones de formalizar su propia política interna y externa, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades. (Rene et al., 2022)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Planificación	4. Es accesible la Normatividad para la planificación	4	4	4	
Estructura organizativa	5. La estructura organizativa contempla Las acciones y planes de mitigación	4	4	4	
Cultura organizativa	6. Existen Condiciones adecuadas en el distrito con los vecinos	4	4	4	

Dimensión 3: Eficacia

Definición de la dimensión:

la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder, (Gaune 2019).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Objetivos	7. Los objetivos de las políticas sectoriales son claras y precisas	4	4	4	
Estrategias	8. Los Planes sectoriales contemplan estrategias medioambientales	4	4	4	

Dimensión 4: Actores

Definición de la dimensión:

Es la existencia que intervienen en procesos como dos factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, median el objetivo de la resistencia (Diani, 1997).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Estatales	9. la actual gestión del municipio crea estrategias para mejorar la calidad de vida	4	4	4	
Compromiso	10. Las autoridades tienen el compromiso de otorgar condiciones adecuadas al poblador	4	4	4	
Conflicto	11. Son constantes las incidencias producto de conflictos ambientales	4	4	4	

Instrumento que mide la variable 02: Economía ilegal en el VREAM

Definición de la variable: Economía ilegal

la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, (Vizcarra Castillo, 2018)

Dimensión 1: la economía moral de la ilegalidad

Definición de la dimensión:

Es un sistema de orden capitalista-neoliberal, las interdicciones estatales (regulación e interdicción) ponen en peligro la continuidad del mercado negro, pero más importante, es el confort de la población local. Lo considero P. thompson. (1971).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Perspectiva	1. Se tiene la perspectiva de actualizar los dispositivos legales para reducir la ilegalidad	4	4	4	
Ética	2. Los planes sectoriales se identifican con ética en la función pública	4	4	4	
Rol del Estado	3. El Estado influye a mejorar la gobernabilidad con transparencia	4	4	4	

Dimensión 2: Ciudad Cocalera

Definición de la dimensión:

la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011) señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al período más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica. legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos.(Sofia Vizcarra, 2018)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Cadena de valor Transnacional	4. Accesibilidad normativa	4	4	4	
Surgimiento de negocios	5. Acciones y Planes	4	4	4	
Calidad de vida	6. Condiciones adecuadas	4	4	4	

Dimensión 3: Precursores Químicos

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad (N. Espinoza, 2021)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Nº políticas aprobadas	7. Adecuadas	4	4	4	
Decomisos	8. Cantidad	4	4	4	

Dimensión 4: Bases materiales para la ilegalidad

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las drogas más peligrosas (Grado, 2018).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Mercados ilegales	9. Calidad de vida	4	4	4	
Circulación de dinero	10. Condiciones adecuadas	4	4	4	
Patrones de consumo	11. Patrones de consumo	4	4	4	



FIRMA

NOMBRE Y APELLIDOS: Dr. Augusto Ricardo Moreno Rodríguez

DNI: 17858700

VALIDEZ POR JUICIO DE EXPERTOS

Señor: Dr. José Bruno Cépeda Ruiz

Presente

Asunto: Validación de instrumentos a través de juicio de experto

Nos es muy grato comunicarme con usted para expresarle mi saludo y así mismo, hacer de su conocimiento que, siendo estudiante del programa académico de doctorado en Gestión Pública y Gobernabilidad de la Universidad César Vallejo, en la sede Lima Norte, promoción 2021, requiero validar el instrumento con el cual recogeré la información necesaria para poder desarrollar mi trabajo de investigación.

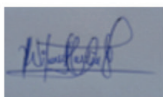
El título nombre del proyecto de investigación es: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, y siendo imprescindible contar con la aprobación de docentes especializados para poder aplicar los instrumentos en mención, he considerado conveniente recurrir a usted, ante su connotada experiencia en temas educativos y/o investigación educativa.

El expediente de validación, que le hago llegar contiene:

- Carta de presentación.
- Definiciones conceptuales de las variables y dimensiones.
- Matriz de operacionalización de las variables.

Expresándole mis sentimientos de respeto y consideración me despido de usted, no sin antes agradecerle por la atención que dispense a la presente.

Atentamente,



Firma:

Nombre completo del tesista: Wilman Jorge Heredia Escobar

DNI: 18091807

1. Datos generales del Juez

Nombre del juez:	Dr. José Bruno Cépeda Ruiz
Grado profesional:	Maestría () Doctor (X)
Área de formación académica:	Clínica () Social () Educativa (X) Organizacional ()
Áreas de experiencia profesional:	Docencia
Institución donde labora:	Universidad Privada Antenor Orrego
Tiempo de experiencia profesional en el área:	2 a 4 años () Más de 5 años (X)
Experiencia en Investigación Psicométrica: (si corresponde)	Trabajo(s) psicométricos realizados Título del estudio realizado.

2. Propósito de la evaluación:

Validar el contenido del instrumento, por juicio de expertos.

3. Datos de la escala (Colocar nombre de la escala, cuestionario o inventario)

Nombre de la Prueba:	Encuesta de Políticas ambientales
Autor (a):	Mag. Wilman Jorge Heredia Escobar
Objetivo:	Determinar la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.
Administración:	Físico/Presencial
Año:	2023
Ámbito de aplicación:	Valles de los ríos del Apurímac, Ene y Mantaro
Dimensiones:	Estructural, institucional, eficacia y actores
Confiabilidad:	95%
Escala:	Likert
Niveles o rango:	5
Cantidad de ítems:	22
Tiempo de aplicación:	30 minutos

4. Presentación de instrucciones para el juez:

A continuación, a usted le presento la encuesta de políticas ambientales en la economía ilegal elaborado por Wilman Jorge Heredia Escobar en el año 2023, de acuerdo con los siguientes indicadores califique cada uno de los ítems según corresponda.

Categoría	Calificación	Indicador
CLARIDAD El ítem se comprende fácilmente, es decir, su sintáctica y semántica son adecuadas.	1. No cumple con el criterio	El ítem no es claro.
	2. Bajo Nivel	El ítem requiere bastantes modificaciones o una modificación muy grande en el uso de las palabras de acuerdo con su significado o por la ordenación de estas.
	3. Moderado nivel	Se requiere una modificación muy específica de algunos de los términos del ítem.
	4. Alto nivel	El ítem es claro, tiene semántica y sintaxis adecuada.
COHERENCIA El ítem tiene relación lógica con la dimensión o indicador que está midiendo.	1. Totalmente en desacuerdo (no cumple con el criterio)	El ítem no tiene relación lógica con la dimensión.
	2. Desacuerdo (bajo nivel de acuerdo)	El ítem tiene una relación tangencial /lejana con la dimensión.
	3. Acuerdo (moderado nivel)	El ítem tiene una relación moderada con la dimensión que se está midiendo.
	4. Totalmente de Acuerdo (alto nivel)	El ítem se encuentra está relacionado con la dimensión que está midiendo.
RELEVANCIA El ítem es esencial o importante, es decir debe ser.	1. No cumple con el criterio	El ítem puede ser eliminado sin que se vea afectada la medición de la dimensión.
	2. Bajo Nivel	El ítem tiene alguna relevancia, pero otro ítem puede estar incluyendo lo que mide éste.
	3. Moderado nivel	El ítem es relativamente importante.
	4. Alto nivel	El ítem es muy relevante y debe ser incluido.

Leer con detenimiento los ítems y calificar en una escala de 1 a 4 su valoración, así como solicitamos brinde sus observaciones que considere pertinente.

- 4: Alto nivel
3: Moderado nivel
2: Bajo Nivel
1: No cumple con el criterio

Instrumento que mide la variable 01: Políticas ambientales

Definición de la variable:

Las políticas públicas son el resultado de los quehaceres de los gobiernos para lograr un fin o propósito, y que conlleva a cambios en el comportamiento social (Howlett et al., 2017)

Dimensión 1: Estructural

Definición de la dimensión:

La estructura es el conglomerado de elementos que caracterizan un determinado ámbito de la realidad y que facilita hacer mediciones (Zea 2022).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Políticas de Estado	1. La difunden las políticas de Estado aprobadas	4	4	4	
Objetivos	2. Los Planes sectoriales tienen objetivos claros	4	4	4	
Estrategias	3. Se cuenta con estrategias para mitigar el impacto ambiental	4	4	4	

Dimensión 2: Institucional

Definición de la dimensión:

la administración municipal – Institucional tienen atribuciones de formalizar su propia política interna y externa, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades. (Rene et al., 2022)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Planificación	4. Es accesible la Normatividad para la planificación	4	4	4	
Estructura organizativa	5. La estructura organizativa contempla Las acciones y planes de mitigación	4	4	4	
Cultura organizativa	6. Existen Condiciones adecuadas en el distrito con los vecinos	4	4	4	

Dimensión 3: Eficacia

Definición de la dimensión:

la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder, (Gaune 2019).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Objetivos	7. Los objetivos de las políticas sectoriales son claras y precisas	4	4	4	
Estrategias	8. Los Planes sectoriales contemplan estrategias medioambientales	4	4	4	

Dimensión 4: Actores

Definición de la dimensión:

Es la existencia que intervienen en procesos como dos factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, median el objetivo de la resistencia (Diani, 1997).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Estatales	9. la actual gestión del municipio crea estrategias para mejorar la calidad de vida	4	4	4	
Compromiso	10. Las autoridades tienen el compromiso de otorgar condiciones adecuadas al poblador	4	4	4	
Conflicto	11. Son constantes las incidencias producto de conflictos ambientales	4	4	4	

Instrumento que mide la variable 02: Economía ilegal en el VRAEM

Definición de la variable: Economía ilegal

la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, (Vizcarra Castillo, 2018)

Dimensión 1: la economía moral de la ilegalidad

Definición de la dimensión:

Es un sistema de orden capitalista-neoliberal, las interdicciones estatales (regulación e interdicción) ponen en peligro la continuidad del mercado negro, pero más importante, es el confort de la población local. Lo considero P. thompson. (1971).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Perspectiva	1. Se tiene la perspectiva de actualizar los dispositivos legales para reducir la ilegalidad	4	4	4	
Ética	2. Los planes sectoriales se identifican con ética en la función pública	4	4	4	
Rol del Estado	3. El Estado influye a mejorar la gobernabilidad con transparencia	4	4	4	

Dimensión 2: Ciudad Cocalera

Definición de la dimensión:

la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011) señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al periodo más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica. legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos.(Sofia Vizcarra, 2018)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Cadena de valor Transnacional	4. Accesibilidad normativa	4	4	4	
Surgimiento de negocios	5. Acciones y Planes	4	4	4	
Calidad de vida	6. Condiciones adecuadas	4	4	4	

Dimensión 3: Precursores Químicos

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad (N. Espinoza, 2021)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Nº políticas aprobadas	7. Adecuadas	4	4	4	
Decomisos	8. Cantidad	4	4	4	

Dimensión 4: Bases materiales para la ilegalidad

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza,

delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las drogas más peligrosas (Grado, 2018).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Mercados ilegales	9. Calidad de vida	4	4	4	
Circulación de dinero	10. Condiciones adecuadas	4	4	4	
Patrones de consumo	11. Patrones de consumo	4	4	4	



FIRMA

NOMBRE Y APELLIDOS: Dr. José Bruno Cépeda Ruiz

DNI: 18018273

VALIDEZ POR JUICIO DE EXPERTOS

Señor (a) (ita): Dr. Roberto Justo Tejada Estrada

Presente

Asunto: Validación de instrumentos a través de juicio de experto

Nos es muy grato comunicarme con usted para expresarle mi saludo y así mismo, hacer de su conocimiento que, siendo estudiante del programa académico de doctorado en Gestión Pública y Gobernabilidad de la Universidad César Vallejo, en la sede Lima Norte, promoción 2021, requiero validar el instrumento con el cual recogeré la información necesaria para poder desarrollar mi trabajo de investigación.

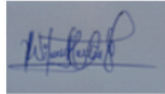
El título nombre del proyecto de investigación es: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, y siendo imprescindible contar con la aprobación de docentes especializados para poder aplicar los instrumentos en mención, he considerado conveniente recurrir a usted, ante su connotada experiencia en temas educativos y/o investigación educativa.

El expediente de validación, que le hago llegar contiene:

- Carta de presentación.
- Definiciones conceptuales de las variables y dimensiones.
- Matriz de operacionalización de las variables.

Expresándole mis sentimientos de respeto y consideración me despido de usted, no sin antes agradecerle por la atención que dispense a la presente.

Atentamente,



Firma:

Nombre completo del tesista: Wilman Jorge Heredia Escobar
DNI: 18091807

1. Datos generales del Juez

Nombre del juez:	Dr. Roberto Justo Tejada Estrada
Grado profesional:	Maestría () Doctor (X)
Área de formación académica:	Clinica () Social () Educativa (X) Organizacional ()
Áreas de experiencia profesional:	Jefe del Instituto de Investigación
Institución donde labora:	Universidad Autónoma San Francisco S.A.C.
Tiempo de experiencia profesional en el área:	2 a 4 años () Más de 5 años (X)
Experiencia en Investigación Psicométrica: (si corresponde)	Trabajo(s) psicométricos realizados Título del estudio realizado.

2. Propósito de la evaluación:

Validar el contenido del instrumento, por juicio de expertos.

3. Datos de la escala (Colocar nombre de la escala, cuestionario o inventario)

Nombre de la Prueba:	Encuesta de Políticas ambientales
Autor (a):	Mag. Wilman Jorge Heredia Escobar
Objetivo:	Determinar la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.
Administración:	Físico/Presencial
Año:	2023
Ámbito de aplicación:	Valles de los ríos Apurímac, Ene y Mantaro
Dimensiones:	Estructural, institucional, eficacia y actores
Confiabilidad:	95%
Escala:	Likert
Niveles o rango:	5
Cantidad de ítems:	22
Tiempo de aplicación:	30 minutos

4. Presentación de instrucciones para el juez:

A continuación, a usted le presento la encuesta de políticas ambientales en la economía ilegal elaborado por Wilman Jorge Heredia Escobar en el año 2023, de acuerdo con los siguientes indicadores califique cada uno de los ítems según corresponda.

Categoría	Calificación	Indicador
CLARIDAD El ítem se comprende fácilmente, es decir, su sintáctica y semántica son adecuadas.	1. No cumple con el criterio	El ítem no es claro.
	2. Bajo Nivel	El ítem requiere bastantes modificaciones o una modificación muy grande en el uso de las palabras de acuerdo con su significado o por la ordenación de estas.
	3. Moderado nivel	Se requiere una modificación muy específica de algunos de los términos del ítem.
	4. Alto nivel	El ítem es claro, tiene semántica y sintaxis adecuada.
COHERENCIA El ítem tiene relación lógica con la dimensión o indicador que está midiendo.	1. Totalmente en desacuerdo (no cumple con el criterio)	El ítem no tiene relación lógica con la dimensión.
	2. Desacuerdo (bajo nivel de acuerdo)	El ítem tiene una relación tangencial /lejana con la dimensión.
	3. Acuerdo (moderado nivel)	El ítem tiene una relación moderada con la dimensión que se está midiendo.
	4. Totalmente de Acuerdo (alto nivel)	El ítem se encuentra está relacionado con la dimensión que está midiendo.
	1. No cumple con el criterio	El ítem puede ser eliminado sin que se vea

RELEVANCIA El ítem es esencial o importante, es decir debe ser.		afectada la medición de la dimensión.
	2. Bajo Nivel	El ítem tiene alguna relevancia, pero otro ítem puede estar incluyendo lo que mide éste.
	3. Moderado nivel	El ítem es relativamente importante.
	4. Alto nivel	El ítem es muy relevante y debe ser incluido.

Leer con detenimiento los ítems y calificar en una escala de 1 a 4 su valoración, así como solicitamos brinde sus observaciones que considere pertinente.

4: Alto nivel

3: Moderado nivel

2: Bajo Nivel

1: No cumple con el criterio

Instrumento que mide la variable 01: Políticas ambientales

Definición de la variable:

Las políticas públicas son el resultado de los quehaceres de los gobiernos para lograr un fin o propósito, y que conlleva a cambios en el comportamiento social (Howlett et al., 2017)

Dimensión 1: Estructural

Definición de la dimensión:

La estructura es el conglomerado de elementos que caracterizan un determinado ámbito de la realidad y que facilita hacer mediciones (Zea 2022).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Políticas de Estado	1. La difunden las políticas de Estado aprobadas	4	4	4	
Objetivos	2. Los Planes sectoriales tienen objetivos claros	4	4	4	
Estrategias	3. Se cuenta con estrategias para mitigar el impacto ambiental	4	4	4	

Dimensión 2: Institucional

Definición de la dimensión:

la administración municipal – Institucional tienen atribuciones de formalizar su propia política interna y externa, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades. (Rene et al., 2022)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Planificación	4. Es accesible la Normatividad para la planificación	4	4	4	
Estructura organizativa	5. La estructura organizativa contempla Las acciones y planes de mitigación	4	4	4	
Cultura organizativa	6. Existen Condiciones adecuadas en el distrito con los vecinos	4	4	4	

Dimensión 3: Eficacia

Definición de la dimensión:

la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder, (Gaune 2019).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Objetivos	7. Los objetivos de las políticas sectoriales son claras y precisas	4	4	4	
Estrategias	8. Los Planes sectoriales contemplan estrategias medioambientales	4	4	4	

Dimensión 4: Actores

Definición de la dimensión:

Es la existencia que intervienen en procesos como dos factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, median el objetivo de la resistencia (Diani, 1997).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Estatales	9. la actual gestión del municipio crea estrategias para mejorar la calidad de vida	4	4	4	
Compromiso	10. Las autoridades tienen el compromiso de otorgar condiciones adecuadas al poblador	4	4	4	
Conflicto	11. Son constantes las incidencias producto de conflictos ambientales	4	4	4	

Instrumento que mide la variable 02: Economía ilegal en el VREAM

Definición de la variable: Economía ilegal

la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, (Vizcarra Castillo, 2018)

Dimensión 1: la economía moral de la ilegalidad

Definición de la dimensión:

Es un sistema de orden capitalista-neoliberal, las interdicciones estatales (regulación e interdicción) ponen en peligro la continuidad del mercado negro, pero más importante, es el confort de la población local. Lo considero P. Thompson. (1971).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Perspectiva	1. Se tiene la perspectiva de actualizar los dispositivos legales para reducir la ilegalidad	4	4	4	
Ética	2. Los planes sectoriales se identifican con ética en la función pública	4	4	4	
Rol del Estado	3. El Estado influye a mejorar la gobernabilidad con transparencia	4	4	4	

Dimensión 2: Ciudad Cocalera

Definición de la dimensión:

la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011) señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al período más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica. legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos.(Sofía Vizcarra, 2018)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Cadena de valor Transnacional	4. Accesibilidad normativa	4	4	4	
Surgimiento de negocios	5. Acciones y Planes	4	4	4	
Calidad de vida	6. Condiciones adecuadas	4	4	4	

Dimensión 3: Precursores Químicos

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad (N. Espinoza, 2021)

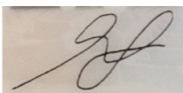
Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Nº políticas aprobadas	7. Adecuadas	4	4	4	
Decomisos	8. Cantidad	4	4	4	

Dimensión 4: Bases materiales para la ilegalidad

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las drogas más peligrosas (Grado, 2018).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Mercados ilegales	9. Calidad de vida	4	4	4	
Circulación de dinero	10. Condiciones adecuadas	4	4	4	
Patrones de consumo	11. Patrones de consumo	4	4	4	



FIRMA

NOMBRE Y APELLIDOS: Dr. Roberto Justo Tejada Estrada

DNI: 10680824

VALIDEZ POR JUICIO DE EXPERTOS

Señor (a) (ita): Dr. Víctor Alejandro Siccha Muñoz

Presente

Asunto: Validación de instrumentos a través de juicio de experto

Nos es muy grato comunicarme con usted para expresarle mi saludo y así mismo, hacer de su conocimiento que, siendo estudiante del programa académico de doctorado en Gestión Pública y Gobernabilidad de la Universidad César Vallejo, en la sede Lima Norte, promoción 2021, requiero validar el instrumento con el cual recogeré la información necesaria para poder desarrollar mi trabajo de investigación.

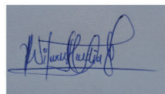
El título nombre del proyecto de investigación es: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, y siendo imprescindible contar con la aprobación de docentes especializados para poder aplicar los instrumentos en mención, he considerado conveniente recurrir a usted, ante su connotada experiencia en temas educativos y/o investigación educativa.

El expediente de validación, que le hago llegar contiene:

- Carta de presentación.
- Definiciones conceptuales de las variables y dimensiones.
- Matriz de operacionalización de las variables.

Expresándole mis sentimientos de respeto y consideración me despido de usted, no sin antes agradecerle por la atención que dispense a la presente.

Atentamente,



Firma:

Nombre completo del tesista: Wilman Jorge Heredia Escobar

DNI: 18091807

1. Datos generales del Juez

Nombre del juez:	Dr. Víctor Alejandro Siccha Muñoz
Grado profesional:	Maestría () Doctor (X)
Área de formación académica:	Clinica () Social () Educativa (X) Organizacional ()
Áreas de experiencia profesional:	Docencia
Institución donde labora:	Universidad Privada Cesar Vallejo
Tiempo de experiencia profesional en el área:	2 a 4 años () Más de 5 años (X)
Experiencia en Investigación Psicométrica: (si corresponde)	Trabajo(s) psicométricos realizados Título del estudio realizado.

2. Propósito de la evaluación:

Validar el contenido del instrumento, por juicio de expertos.

3. Datos de la escala (Colocar nombre de la escala, cuestionario o inventario)

Nombre de la Prueba:	Encuesta de Políticas ambientales
Autor (a):	Mag. Wilman Jorge Heredia Escobar
Objetivo:	Determinar la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.
Administración:	Físico/Presencial
Año:	2023
Ámbito de aplicación:	Valles de los ríos Apurímac, Ene y Mantaro
Dimensiones:	Estructural, institucional, eficacia y actores
Confiabilidad:	95%
Escala:	Likert
Niveles o rango:	5
Cantidad de ítems:	22
Tiempo de aplicación:	30 minutos

4. Presentación de instrucciones para el juez:

A continuación, a usted le presento la encuesta de políticas ambientales en la economía ilegal elaborado por Wilman Jorge Heredia Escobar en el año 2023, de acuerdo con los siguientes indicadores califique cada uno de los ítems según corresponda.

Categoría	Calificación	Indicador
CLARIDAD El ítem se comprende fácilmente, es decir, su sintáctica y semántica son adecuadas.	1. No cumple con el criterio	El ítem no es claro.
	2. Bajo Nivel	El ítem requiere bastantes modificaciones o una modificación muy grande en el uso de las palabras de acuerdo con su significado o por la ordenación de estas.
	3. Moderado nivel	Se requiere una modificación muy específica de algunos de los términos del ítem.
	4. Alto nivel	El ítem es claro, tiene semántica y sintaxis adecuada.
COHERENCIA El ítem tiene relación lógica con la dimensión o indicador que está midiendo.	1. Totalmente en desacuerdo (no cumple con el criterio)	El ítem no tiene relación lógica con la dimensión.
	2. Desacuerdo (bajo nivel de acuerdo)	El ítem tiene una relación tangencial /lejana con la dimensión.
	3. Acuerdo (moderado nivel)	El ítem tiene una relación moderada con la dimensión que se está midiendo.
	4. Totalmente de Acuerdo (alto nivel)	El ítem se encuentra está relacionado con la dimensión que está midiendo.
RELEVANCIA El ítem es esencial o importante, es decir debe ser.	1. No cumple con el criterio	El ítem puede ser eliminado sin que se vea afectada la medición de la dimensión.
	2. Bajo Nivel	El ítem tiene alguna relevancia, pero otro ítem puede estar incluyendo lo que mide éste.
	3. Moderado nivel	El ítem es relativamente importante.
	4. Alto nivel	El ítem es muy relevante y debe ser incluido.

Leer con detenimiento los ítems y calificar en una escala de 1 a 4 su valoración, así como solicitamos brinde sus observaciones que considere pertinente.

4: Alto nivel

3: Moderado nivel

2: Bajo Nivel

1: No cumple con el criterio

Instrumento que mide la variable 01: Políticas ambientales

Definición de la variable:

Las políticas públicas son el resultado de los quehaceres de los gobiernos para lograr un fin o propósito, y que conlleva a cambios en el comportamiento social (Howlett et al., 2017)

Dimensión 1: Estructural

Definición de la dimensión:

La estructura es el conglomerado de elementos que caracterizan un determinado ámbito de la realidad y que facilita hacer mediciones (Zea 2022).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Políticas de Estado	1. La difunden las políticas de Estado aprobadas	4	4	4	
Objetivos	2. Los Planes sectoriales tienen objetivos claros	4	4	4	
Estrategias	3. Se cuenta con estrategias para mitigar el impacto ambiental	4	4	4	

Dimensión 2: Institucional

Definición de la dimensión:

la administración municipal – Institucional tienen atribuciones de formalizar su propia política interna y externa, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades. (Rene et al., 2022)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Planificación	4. Es accesible la Normatividad para la planificación	4	4	4	
Estructura organizativa	5. La estructura organizativa contempla Las acciones y planes de mitigación	4	4	4	
Cultura organizativa	6. Existen Condiciones adecuadas en el distrito con los vecinos	4	4	4	

Dimensión 3: Eficacia

Definición de la dimensión:

la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder, (Gaune 2019).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Objetivos	7. Los objetivos de las políticas sectoriales son claras y precisas	4	4	4	
Estrategias	8. Los Planes sectoriales contemplan estrategias medioambientales	4	4	4	

Dimensión 4: Actores

Definición de la dimensión:

Es la existencia que intervienen en procesos como dos factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, median el objetivo de la resistencia (Diani, 1997).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Estatales	9. la actual gestión del municipio crea estrategias para mejorar la calidad de vida	4	4	4	
Compromiso	10. Las autoridades tienen el compromiso de otorgar condiciones adecuadas al poblador	4	4	4	
Conflicto	11. Son constantes las incidencias producto de conflictos ambientales	4	4	4	

Instrumento que mide la variable 02: Economía ilegal en el VRAEM

Definición de la variable: Economía ilegal

la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, (Vizcarra Castillo, 2018)

Dimensión 1: la economía moral de la ilegalidad

Definición de la dimensión:

Es un sistema de orden capitalista-neoliberal, las interdicciones estatales (regulación e interdicción) ponen en peligro la continuidad del mercado negro, pero más importante, es el confort de la población local. Lo considero P. thompson. (1971).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Perspectiva	1. Se tiene la perspectiva de actualizar los dispositivos legales para reducir la ilegalidad	4	4	4	
Ética	2. Los planes sectoriales se identifican con ética en la función pública	4	4	4	
Rol del Estado	3. El Estado influye a mejorar la gobernabilidad con transparencia	4	4	4	

Dimensión 2: Ciudad Cocalera

Definición de la dimensión:

la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011) señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al período más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica, legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos.(Sofía Vizcarra, 2018)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Cadena de valor Transnacional	4. Accesibilidad normativa	4	4	4	
Surgimiento de negocios	5. Acciones y Planes	4	4	4	
Calidad de vida	6. Condiciones adecuadas	4	4	4	

Dimensión 3: Precursores Químicos

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad (N. Espinoza, 2021)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Nº políticas aprobadas	7. Adecuadas	4	4	4	
Decomisos	8. Cantidad	4	4	4	

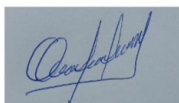
Dimensión 4: Bases materiales para la ilegalidad

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances

significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las drogas más peligrosas (Grado, 2018).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Mercados ilegales	9. Calidad de vida	4	4	4	
Circulación de dinero	10. Condiciones adecuadas	4	4	4	
Patrones de consumo	11. Patrones de consumo	4	4	4	



FIRMA

NOMBRE Y APELLIDOS: Dr. Víctor Alejandro Sichez Muñoz
DNI: 18091999

VALIDEZ POR JUICIO DE EXPERTOS

Señor (a) (ta): Dr. William Eugenio Cabanillas Rojas

Asunto: Validación de instrumentos a través de juicio de experto

Nos es muy grato comunicarme con usted para expresarle mi saludo y así mismo, hacer de su conocimiento que, siendo estudiante del programa académico de doctorado en Gestión Pública y Gobernabilidad de la Universidad César Vallejo, en la sede Lima Norte, promoción 2021, requiero validar el instrumento con el cual recogeré la información necesaria para poder desarrollar mi trabajo de investigación.

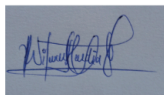
El título nombre del proyecto de investigación es: Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023, y siendo imprescindible contar con la aprobación de docentes especializados para poder aplicar los instrumentos en mención, he considerado conveniente recurrir a usted, ante su connotada experiencia en temas educativos y/o investigación educativa.

El expediente de validación, que le hago llegar contiene:

- Carta de presentación.
- Definiciones conceptuales de las variables y dimensiones.
- Matriz de operacionalización de las variables.

Expresándole mis sentimientos de respeto y consideración me despido de usted, no sin antes agradecerle por la atención que dispense a la presente.

Atentamente,



Firma:

Nombre completo del tesista: Wilman Jorge Heredia Escobar

DNI: 18091807

1. Datos generales del Juez

1. Datos generales del juez	
Nombre del juez:	Dr. William Eugenio Cabanillas Rojas
Grado profesional:	Maestría ()

2. Propósito de la evaluación:

Validar el contenido del instrumento, por juicio de expertos.

3. Datos de la escala (Colocar nombre de la escala, cuestionario o inventario)

Nombre de la Prueba:	Encuesta de Políticas ambientales
Autor (a):	Mag. Wilman Jorge Heredia Escobar
Objetivo:	Determinar la relación del Impacto de las políticas ambientales en la economía ilegal en el VRAEM, 2023.
Administración:	Físico/Presencial
Año:	2023
Ámbito de aplicación:	Valles de los ríos del Apurímac, Ene y Mantaro
Dimensiones:	Estructural, institucional, eficacia y actores
Confiabilidad:	95%
Escala:	Likert
Niveles o rango:	5
Cantidad de ítems:	22
Tiempo de aplicación:	30 minutos

4. Presentación de instrucciones para el juez:

A continuación, a usted le presento la encuesta de políticas ambientales en la economía ilegal elaborado por Wilman Jorge Heredia Escobar en el año 2023, de acuerdo con los siguientes indicadores califique cada uno de los ítems según corresponda.

Categoría	Calificación	Indicador
CLARIDAD El ítem se comprende fácilmente, es decir, su sintáctica y semántica son adecuadas.	1. No cumple con el criterio	El ítem no es claro.
	2. Bajo Nivel	El ítem requiere bastantes modificaciones o una modificación muy grande en el uso de las palabras de acuerdo con su significado o por la ordenación de estas.
	3. Moderado nivel	Se requiere una modificación muy específica de algunos de los términos del ítem.
	4. Alto nivel	El ítem es claro, tiene semántica y sintaxis adecuada.
COHERENCIA El ítem tiene relación lógica con la dimensión o indicador que está midiendo.	1. Totalmente en desacuerdo (no cumple con el criterio)	El ítem no tiene relación lógica con la dimensión.
	2. Desacuerdo (bajo nivel de acuerdo)	El ítem tiene una relación tangencial /lejana con la dimensión.
	3. Acuerdo (moderado nivel)	El ítem tiene una relación moderada con la dimensión que se está midiendo.
	4. Totalmente de Acuerdo (alto nivel)	El ítem se encuentra está relacionado con la dimensión que está midiendo.
RELEVANCIA El ítem es esencial o importante, es decir debe ser.	1. No cumple con el criterio	El ítem puede ser eliminado sin que se vea afectada la medición de la dimensión.
	2. Bajo Nivel	El ítem tiene alguna relevancia, pero otro ítem puede estar incluyendo lo que mide éste.
	3. Moderado nivel	El ítem es relativamente importante.
	4. Alto nivel	El ítem es muy relevante y debe ser incluido.

Leer con detenimiento los ítems y calificar en una escala de 1 a 4 su valoración, así como solicitamos brinde sus observaciones que considere pertinente.

4: Alto nivel

3: Moderado nivel

2: Bajo Nivel

1: No cumple con el criterio

|

Instrumento que mide la variable 01: Políticas ambientales

Definición de la variable:

Las políticas públicas son el resultado de los quehaceres de los gobiernos para lograr un fin o propósito, y que conlleva a cambios en el comportamiento social (Howlett et al., 2017)

Dimensión 1: Estructural

Definición de la dimensión:

La estructura es el conglomerado de elementos que caracterizan un determinado ámbito de la realidad y que facilita hacer mediciones (Zea 2022).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Políticas de Estado	1. La difunden las políticas de Estado aprobadas	4	4	4	
Objetivos	2. Los Planes sectoriales tienen objetivos claros	4	4	4	
Estrategias	3. Se cuenta con estrategias para mitigar el impacto ambiental	4	4	4	

Dimensión 2: Institucional

Definición de la dimensión:

la administración municipal – Institucional tienen atribuciones de formalizar su propia política interna y externa, tal como lo contempla la Ley Orgánica de municipalidades. (Rene et al., 2022)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Planificación	4. Es accesible la Normatividad para la planificación	4	4	4	
Estructura organizativa	5. La estructura organizativa contempla Las acciones y planes de mitigación	4	4	4	
Cultura organizativa	6. Existen Condiciones adecuadas en el distrito con los vecinos	4	4	4	

Dimensión 3: Eficacia

Definición de la dimensión:

la acción política puede prescindir de la protección de la moralidad en comparación entre fines vs medios, sustituyéndola por juicios de eficacia instrumental impulsada por las ansias de contener y aumentar el poder, (Gaune 2019).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Objetivos	7. Los objetivos de las políticas sectoriales son claras y precisas	4	4	4	
Estrategias	8. Los Planes sectoriales contemplan estrategias medioambientales	4	4	4	

Dimensión 4: Actores

Definición de la dimensión:

Es la existencia que intervienen en procesos como dos factores intermediarios, la estructura de alianza y la estructura de oposición, median el objetivo de la resistencia (Diani, 1997).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Estatales	9. la actual gestión del municipio crea estrategias para mejorar la calidad de vida	4	4	4	
Compromiso	10. Las autoridades tienen el compromiso de otorgar condiciones adecuadas al poblador	4	4	4	
Conflicto	11. Son constantes las incidencias producto de conflictos ambientales	4	4	4	

Instrumento que mide la variable 02: Economía ilegal en el VRAEM

Definición de la variable: Economía ilegal

la economía moral de la ilegalidad se extiende más allá de los actores que están directamente conectados con una actividad ilegal e incluye en su lugar a aquellos que están indirectamente vinculados pero que, sin embargo, se apoyan sea total o fragmentado del dinamismo ilegal, (Vizcarra Castillo, 2018)

Dimensión 1: la economía moral de la ilegalidad

Definición de la dimensión:

Es un sistema de orden capitalista-neoliberal, las interdicciones estatales (regulación e interdicción) ponen en peligro la continuidad del mercado negro, pero más importante, es el confort de la población local. Lo considero P. thompson. (1971).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Perspectiva	1. Se tiene la perspectiva de actualizar los dispositivos legales para reducir la ilegalidad	4	4	4	
Ética	2. Los planes sectoriales se identifican con ética en la función pública	4	4	4	
Rol del Estado	3. El Estado influye a mejorar la gobernabilidad con transparencia	4	4	4	

Dimensión 2: Ciudad Cocalera

Definición de la dimensión:

la economía ilícita es parte integral del proceso de globalización de consideración en su conjunto. Pero Andreas (2011) señaló que la naturaleza global de las economías ilegales es anterior al período más reciente de expansión económica y globalización y, en cambio, se ha desarrollado a lo largo del tiempo a lo largo de dinámicas similares a las de la actividad económica. legal. También es la actividad que más influencia ha tenido recientemente en varios países latinoamericanos.(Sofía Vizcarra, 2018)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Cadena de valor Transnacional	4. Accesibilidad normativa	4	4	4	
Surgimiento de negocios	5. Acciones y Planes	4	4	4	
Calidad de vida	6. Condiciones adecuadas	4	4	4	

Dimensión 3: Precursores Químicos

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad (N. Espinoza, 2021)

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Nº políticas aprobadas	7. Adecuadas	4	4	4	
Decomisos	8. Cantidad	4	4	4	

Dimensión 4: Bases materiales para la ilegalidad

Definición de la dimensión:

El tráfico de drogas y productos químicos está estrechamente relacionado con la violencia social y criminal, la corrupción y la fragilidad del Estado, lo que alimenta el círculo vicioso de pobreza, delincuencia e inseguridad. Numerosos países han informado sobre algunos de los síntomas de la plaga. La cooperación internacional en el comercio de productos químicos ha logrado avances significativos en la lucha contra la metanfetamina, una de las drogas más peligrosas (Grado, 2018).

Indicadores	Ítem	Claridad	Coherencia	Relevancia	Observaciones/ Recomendaciones
Mercados ilegales	9. Calidad de vida	4	4	4	
Circulación de dinero	10. Condiciones adecuadas	4	4	4	
Patrones de consumo	11. Patrones de consumo	4	4	4	

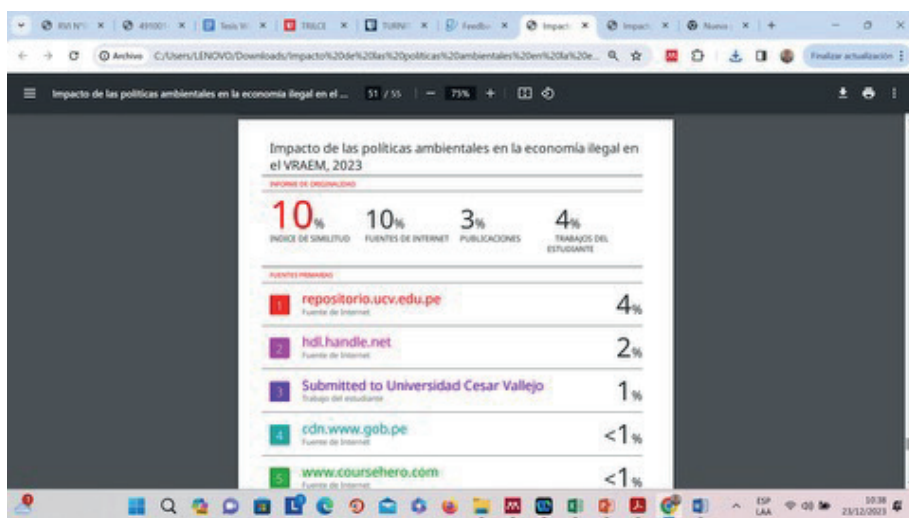


FIRMA :

NOMBRE Y APELLIDOS: Dr. William Eugenio Cabanillas Rojas

DNI: 09869377

ANEXO N° 5: Resultado de similitud del Programa Turniting.





científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS



www.cientificadigital.org | contato@cientificadigital.org